

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 14, DE 2022

(Do Poder Executivo)

MSC 188/2022

OF 192/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.837, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 188

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 3.638, de 19 de agosto de 2015 - Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM, no município de Estância Velha - RS;
- 2 - Portaria nº 729, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente de Ouricuri-ABO, no município de Ouricuri - PE;
- 3 - Portaria nº 1.027, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural, no município de Saudade do Iguaçu - PR;
- 4 - Portaria nº 1.826, de 9 de maio de 2016 - Comunidade São Sebastião de Amparo Social, no município de São Sebastião do Caí - RS;
- 5 - Portaria nº 1.850, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Comunitária Cerqueirense, no município de Cerqueira Cesar - SP;
- 6 - Portaria nº 1.939, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, no município de Assaí - PR;
- 7 - Portaria nº 1.949, de 10 de maio de 2016 - Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL, no município de São Borja - RS;
- 8 - Portaria nº 1.465, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto, no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;
- 9 - Portaria nº 1.837, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense, no município de Felipe Guerra - RN;
- 10 - Portaria nº 1.887, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Amparo Social, no município de Álvares Machado - SP;
- 11 - Portaria nº 1.923, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde, no município de Condado - PB;
- 12 - Portaria nº 1.948, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária da Radiodifusão da Cidade de Três Corações, no município de Três Corações - MG;
- 13 - Portaria nº 2.629, de 7 de junho de 2017 - Associação Radiodifusão Comunitária do 3º Milênio de Agudos, no município de Agudos - SP;
- 14 - Portaria nº 3.500, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mamborê, no município de Mamborê - PR;
- 15 - Portaria nº 4.034, de 28 de setembro de 2017 - Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C., no município de Pindamonhangaba - SP;
- 16 - Portaria nº 709, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cristal de Radiodifusão Comunitária, no município de Ametista do Sul - RS;

17 - Portaria nº 1.260, de 14 de março de 2018 - Associação Quinze de Agosto, no município de São Gonçalo do Rio Preto - MG;

18 - Portaria nº 3.887, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Betel FM, no município de São Francisco do Sul - SC;

19 - Portaria nº 5.962, de 22 de novembro de 2018 - Associação Cultural Esportiva Rodolfense, no município de Rodolfo Fernandes - RN;

20 - Portaria nº 7.150, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo, no município de Vermelho Novo - MG;

21 - Portaria nº 132, de 24 de julho de 2020 - Associação dos Agricultores de Capibaribe Mirim, no município de São Vicente Ferrer - PE;

22 - Portaria nº 133, de 24 de julho de 2020 - Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul, no município de Jandaia do Sul - PR; e

23 - Portaria nº 134, de 24 de julho de 2020 - Associação Comunitária e Cultura de Machadinho, no município de Machadinho - RS.

Brasília, 12 de abril de 2022.

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006879/2013-92, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, inscrita no CNPJ nº 09.078.361./0001-25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Felipe Guerra, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5190/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1837/2017 de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1837/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788141** e o código CRC **57FF5D7B**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 192/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 3.638, de 2015; 729, 1.027, 1.826, 1.850, 1.939 e 1.949, de 2016; 1.465, 1.837, 1.887, 1.923, 1.948, 2.629, 3.500 e 4.034, de 2017; 709, 1.260, 3.887, 5.962 e 7.150, de 2018; e 132, 133 e 134, de 2020.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 13/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3305498** e o código CRC **4A09CEE6** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.062558/2013-78

SEI nº 3305498

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35721/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.006879/2013-92.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4679652** e o código CRC **DA4F72DD**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Processo de Outorga nº 53780.000076/1999

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 006879/2013-92
SEAP/SLC
14/02/2013-13:08

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, sediada na localidade de **Felipe Guerra/RN**, tem validade até 27/11/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 556/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53780.000076/1999

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A presente Nota Técnica visa tratar da não renovação da outorga concedida à **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Felipe Guerra/RN**, em virtude do não cumprimento do disposto no subitem 20.2 da Norma nº 01/2011.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense** para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/11/2012.

3. Ocorre que até a presente data não constatamos em nosso banco de dados requerimento dessa entidade no sentido de renovar sua outorga, restando comprovada a sua falta de interesse em permanecer executando o serviço.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto e, considerando a previsão contida no parágrafo único do artigo 6º, da lei 9.612/98, de 19 de fevereiro de 1998, no artigo 36 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1998 e no item 20 da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, opinamos pela não renovação da outorga concedida à **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense** e pelo encaminhamento de ofício à entidade comunicando da decisão.

À consideração superior.

Brasília, 8 de março de 2013.


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

nf/CGRC

De acordo. Expeça-se ofício à entidade.

Brasília, 8 de março de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
Telefone: (61) 3311-6281

Ofício nº 839 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 8 de março de 2013.

Ao Senhor

Representante Legal

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense
Rua Francisco Diógenes, S/Nº.
59795-000 Felipe Guerra – RN

ASSUNTO: Renovação de Outorga

REFERÊNCIA: Processo nº 53780.000076/1999

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista que a **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, entidade autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Felipe Guerra/RN**, não manifestou, até a presente data, interesse em renovar sua outorga, e considerando que a autorização se expirou em 27/11/2012, informamos que essa coordenação opinou pela não renovação da outorga para um novo período, nos termos da Nota Técnica nº 556/2013/CGRC/SCE-MC, que segue anexa a este ofício.

2. Assim, fica V.Sa. notificada da abertura do processo em referência, oportunidade em que fica conferido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste Ofício, expedido com AR-Postal, para que esta entidade, se for do seu interesse, apresente manifestação.

OBSERVAÇÃO: No expediente de resposta deverão ser mencionados o número do(s) processo(s) e o Número deste Ofício de Exigência.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



ADECOF

Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense

FM Comunitária Boas Novas 87,9 MHZ

CNPJ: 09078.361/0001 - 25

Rua: Francisco Diógenes, Nº 130, Cidade Alta – Felipe Guerra/RN

CEP: 59.795 – 000

FONE: (84) 3329 – 2220 / 9811 – 6130

Ofício nº 05/2013

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 015125/2013-23
REAPANCE
01/04/2013 15:23

ASSUNTO: Resposta sobre Renovação de Outorga

A **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, Cujos dados completos estão visivelmente em seu Cabeçalho, Responde através deste, o **Ofício de nº 839/2013/CGRC/SCE-MC** enviado a esta Associação na Data de 08 de Março do Ano em Curso, Também sobre o Referido **Processo nº 53780.000076/1999** e Termos da Nota Técnica nº **556/2013/CGRC/SCE-MC** que seguiu anexada no Mesmo Ofício.

Pedimos por Gentileza e ficaremos agradecidos, já que, em nome da nossa Associação e dos demais Cidadãos Felipenses que precisam todos os dias da nossa humilde FM Comunitária, que só tem prestados relevantes serviços ao nosso Município Felipe Guerra/RN.

Temos a esperança que essa Decisão seja desconsiderada e que possamos Renovar a Outorga, que se expirou **em 27/11/2012**.

Queremos deixar Claro e com evidencia que Temos **Total interesse da Renovação da Outorga** para que Possamos levar nossa Programação que é dedicada aos Cidadãos e Cidadãs deste Município.

EXARC
134.1



Estamos dispostos para o Possível Cumprimento determinado pelo Ministério das Comunicações e por esta secretaria, Inclusive estamos á disposição para mais diálogos nos telefones acima citados no cabeçalho, Falar com o nosso Diretor de Programação e Responsável pela nossa Rádio Comunitária Boas Novas FM 87,9 MHz, o Sr **Wilson Pascoal de Brito**.

Confiantes que seremos atendidos pela Reivindicação da Renovação da Outorga, Agradecemos Antecipadamente.

Sem Mais para o Momento, Agradece;

Felipe Guerra/RN 21 de Março de 2013

Wilson Pascoal de Brito

Diretor de Programação e Responsável Legal



Ministério das Comunicações - SCE
Fis. 06
Rubrica



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília - DF



(TÍTULO DO CONTRATO Nº)

ASSOCIAÇÃO DE DESENV. COMUNITARIO FEMINENSE
RUA FRANCISCO DÍGENES, S/Nº
59795-000 FORTALEZA - RN

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.006879/2013 Localidade / UF: FELIPE GUERRA/RN
Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Francisco das Chagas da Silva Jacome	405.772.954-20	null		
José Wandilson de Oliveira	275.448.184-20	null		
José Ailton Costa	447.702.274-34	null		
Maria Dalvaci Ramalho	201.322.804-00	null		
Regina Coeli da Costa	423.378.604-34	null		

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Encaminhou apenas a demonstração de interesse na renovação da outorga.

WALLACE S. PINHEIRO

~~Pedro Luis Barreto Vianna Rocha~~



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 3307/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.006879/2013-32**
Processo de Outorga nº 53780.000076/1999

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **FELIPE GUERRA / RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Cópia atualizada do Estatuto Social consolidado, constando todas as modificações que, por ventura, tenha sofrido durante o período de vigência da outorga;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. Cópia do CPF;

VIII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

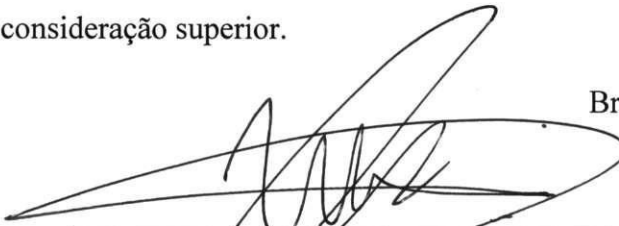
CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 04 de dezembro de 2013.



WALLACE S. PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 3307/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 29 de dezembro de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 7232 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 24 de dezembro de 2013.

Ao Senhor (À Senhora)
REPRESENTANTE LEGAL
Da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**
Rua Francisco Diógenes
59.795-000 Felipe Guerra – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.006879/2013-32.**

Ao Senhor (À Senhora)
Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.006879/2013-32**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **FELIPE GUERRA / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 3307 / 2013, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



ADECOF

Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense

FM Comunitária Boas Novas 87,9 MHZ

CNPJ: 09078.361/0001 - 25

Rua: Francisco Diógenes, Nº 130, Cidade Alta – Felipe Guerra/RN

CEP: 59.795 – 000

FONE: (84) 3329 – 2220 / 9811 – 6130

Ofício nº 02/2014

SECOM
122 1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE REGULAÇÃO
53000 0 10830 15-10-13
TERCEIRO
13/03/2014 14:05:41

ASSUNTO: Resposta sobre Renovação de Outorga

Subtema: Nota técnica relativa a análise do Processo nº 53000.006879/213-32

A **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, Cujos dados completos estão visivelmente em seu Cabeçalho, Responde através deste, o **Ofício de nº 7232/2013/CGRC/SCE-MC** enviado a esta Associação na Data de **24 de dezembro de 2013**, Também sobre o Referido **Processo nº 53780.000076/1999** e Termos da Nota Técnica nº **3307/2013/CGRC/SCE-MC** que seguiu anexada no Mesmo Ofício.

Pedimos por Gentileza e ficaremos agradecidos, já que, em nome da nossa Associação e dos demais Cidadãos Felipenses que precisam todos os dias da nossa humilde FM Comunitária, que só tem prestados relevantes serviços ao nosso Município **Felipe Guerra/RN**.

Temos a esperança que essa Decisão seja desconsiderada e que possamos Renovar a Outorga, que se expirou **em 27/11/2012**.

Queremos deixar Claro e com evidencia que Temos **Total interesse da Renovação da Outorga** para que Possamos levar nossa Programação que é dedicada aos Cidadãos e Cidadãs deste Município.

Estamos dispostos para o Possível Cumprimento determinado pelo Ministério das Comunicações e por esta secretaria, Inclusive estamos á disposição para mais diálogos nos telefones acima citados no cabeçalho, o nosso Diretor de Programação e Responsável pela nossa Rádio Comunitária Boas Novas FM 87,9 MHz, o Sr **Wilson Pascoal de Brito**, Ressalta que a nossa Associação já está tomando as devidas Providencias para que seja repassado o mais breve possível nossa documentação como: direção da **Nova diretoria** já com o **Novo Estatuto Social, CNPJ. ATUALIZADO** e Demais documentos pedidos por esta secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Solicitamos do Sr. **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador- Geral de Radiodifusão Comunitária, um Prazo de mais **30 dias úteis** a contar do recebimento deste ofício, para que a nossa Assessoria Jurídica possa providenciar todos os documentos necessários da nossa referida Associação.

Confiantes que seremos atendidos pela Reivindicação da Renovação da Outorga, Agradecemos Antecipadamente.

Sem Mais para o Momento, Agradece;

Felipe Guerra/RN 07 de Março de 2014

Wilson Pascoal de Brito

Diretor de Programação e Responsável Legal

765000768

Probag Embalagens Especiais

B4 250 x 353 mm



DESTINATÁRIO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES
ELETRÔNICA - COORDENAÇÃO GERAL DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA

FONE

ENDEREÇO

ESPLANADA DE MINISTÉRIOS, BLOCOS, 3º ANDAR

CIDADE

BRASILIA - DF

UF

DF

CEP

70044900

REMETENTE

WILSON PASCOAL DE BRITO

FONE

ENDEREÇO

RUA: JOSE HERINQUE TAUVARIS Nº 72

CEP

59795000

CIDADE

FELIPE GUERRA

UF

RN

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mudou-se
☐ Recusado
☐ Desconhecido
☐ Não procurado
☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o número indicado
☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª: / / às h.

2ª: / / às h.

3ª: / / às h.

CARIMBO

UNIDADE ENTREGADORA

Rubrica do responsável

Visto



Material reciclável

"RECICLAR MATERIAIS É PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"

6879/13 EX-RN

13



Associação de desenvolvimento comunitário Felipense
Rua Francisco Diógenes, 130 centro cidade alta Felipe Guerra/RN - CEP 59795000

Av. - 53000. 00076/1999 - Felipe Guerra /RN

**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense (ADECOF), declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/1998 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Maria Alcilene Martins Marinho, CPF. 093.627.474-30 - Presidente; Jose Ailton Costa, CPF. 447.702.274-34 - Vice-Presidente; Wilson Pascoal de Brito, CPF. 351.045.624-68 - Tesoureiro; Aurivan de Souza e Silva, CPF. 851.784.464-53 - 2º Secretário.

Endereço para correspondência Rua Francisco Diógenes, 130 - Cidade Alta, Felipe Guerra, Estado Rio Grande do Norte, CEP 59795-000,

Telefone para contato: 084-3329-2220;

Correio eletrônico (e-mail): adecoffm@hotmail.com

Felipe Guerra-RN., 09 de abril de 2014.

[Handwritten signatures and names]
M^{te} Alcilene Martins Marinho
Jose Ailton Costa
Wilson Pascoal de Brito
Aurivan de Souza e Silva

Reconheço a(s) firma(s) de Maria Alcilene Martins Marinho e Jose Ailton Costa, em número de 04 (quatro) dias, em 09 de abril de 2014, em Felipe Guerra - RN.

Em Testemunho da verdade


[Handwritten signature]
Lygia de Freitas Suassuna
FABELIA



Seal 131



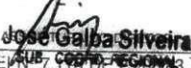
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 002.383.213	DATA DE EXPEDIÇÃO 29/05/2010
NOME MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO	
FILIAÇÃO MARIA ALCINEIDE MARTINS	
NATURALIDADE APDI RN	DATA DE NASCIMENTO 02/12/1981
DOC. ORIGINAL CERT. DE CASAMENTO L-B08 F-B6 RG-1034	
FELIPE GUERRA RN-UNICO CARTORIO	
CP 093.627.474-30	<i>Assinatura</i>
2a. VIA	ASSINATURA FELIPE GUERRA DE S. DAN
LEI Nº 7.116 DE 29/06/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO		CARTeira DE IDENTIDADE <i>Maria Alcilene Martins Marinho</i>
	POLEGAR DIREITO 	

15

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL


REGISTRO GERAL	000.481.936	DATA DE EXPEDIÇÃO	13/09/2002
NOME			
JOSE AILTON COSTA			
FILIAÇÃO			
FRANCISCO CHAGAS DA SILVA			
MARIA DO CARMO COSTA SILVA			
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO		
FELIPE GUERRA RN	10/07/1963		
DOC. ORIGEM	CASAME L0006 F-046	RG-000594	
FELIPE GUERRA RN	01 CARTORIO		
CPR	447.702.274-34		
2 VIA	131100 5		



 JOSE GALBA SILVEIRA
 LEVANTAMENTO REGIONAL
 ITAPARANGA - RN


DIGI FORM FORMULÁRIOS E SERVIÇOS LTDA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 RIO GRANDE DO NORTE
 SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
 INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
 COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO






 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

16
J.

(REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

REGISTRO GERAL 767.135

NOME **WILSON PASCOAL DE BRITO**
FILIAÇÃO **GILBERTO PASCOAL DA COSTA
UZELITA DE BRITO**

FELIPE GUERRA RN 04.09.1963
NATURALIDADE **RN** DATA DO NASCIMENTO
NATAL **18.04.1984**

COORDENADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

Comunicação
Pg. 17
17/05/2013

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 871.373 DATA DE EXPEDIÇÃO 21.10.1985

NOME AURIVAN DE SOUZA E SILVA

FILIAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO

RITA DE CÁSSIA DA SILVA

NATURALIDADE FELIPE GUERRA DATA DE NASCIMENTO 23.05.1961

DOC ORIGEM C/NASCIMENTO Nº 2.582/75 LIV 03-
A ELS 291-CART.ÚNICO F.GUERRA-RN

QPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/02/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

18
17



Associação de desenvolvimento comunitário Felipense
Rua Francisco Diógenes, 130 centro cidade alta Felipe Guerra/RN - CEP 59795000

Declaração

Declaro para os devidos fins que a Emissora de Radio pertencente a Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense - ADECOF, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectivas licença de funcionamento da estação.

Representante Legal:

Maria Alcilene Martins Marinho
Maria Alcilene Martins Marinho
RG: 002.383.213

RECONHECO (s) por autenticidade
a(s) firma(s) de *Maria Alcilene Martins Marinho*
em *10* de *04* de *2014*
Lygia de Freitas Suassuna
Tabeliã e Oficial



19
7

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	002.383.213	DATA DE EXPEDIÇÃO	29/05/2010
NOME	MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO		
FILIAÇÃO	MARIA ALCINEIDE MARTINS		
NATURALIDADE	APODI RN	DATA DE NASCIMENTO	02/12/1981
DOC. ORIGINAL	CERT. DE CASAMENTO L-808 F-86 RG-1034		
	FELIPE GUERRA RN-UNICO CARTORIO		
CPF	093.627.474-30		
2a. VIA	ASSINATURA DO TITULAR		
	Cristiane Bezerra de S. Dani		
	LEI Nº 7.116 DE 29/06/83		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

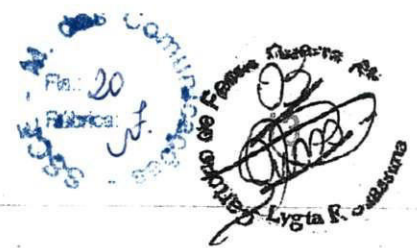
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Alcilene Martins Marinho

CARTEIRA DE IDENTIDADE



- * Wilson Porcedo
- * JOSIEDSON CANITO DE GOIS
- * Francisco José Bezerra de morais
- * Daniel da Silva Bezerra
- * ALEXANDRE DE SOUSA E SILVA
- * Zúlio Alves de Góis
- * Maria Milene Martins

Estado do Rio Grande do Norte.
 Comarca de Apodi.
 Cartório Unico de Felipe Guerra
 Registro de Pessoa Fúndica
 Promovido no Protocolo 1-A sob nº 075 pag. 08.
 Registrado Livro A-03, sob nº 166 em fls. 46/47.
 Felipe Guerra - LV, 23 de Junho de 2010.
 Lygia de Freitas Suassuna
 Tabela do Registro de Imóveis.



Ata da assembleia geral ordinária de eleição e posse da nova diretoria - ADECOF - Associação de desenvolvimento comunitário Felipense.

As 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, na sede desta associação, localizada na Rua Francisco Prógenes Nº 130 Bairro Cidade Alta - Felipe Guerra - RN. Teve início as 09 horas da manhã, reuniram-se com o propósito de elegerem a chapa da nova diretoria, Conselho de Administração, e Conselho Fiscal, para o período de 15 (quinze) de janeiro de dois mil e quatorze.



quinze) de janeiro de dois mil e dezoito. Ante
os trabalhos, o Senhor Antônio de Souza e Silva (pre-
sidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Felipe
Guerra), fez suas colocações, a associação, explicou so-
bre a importância do trabalho já realizado, e a con-
tinuidade do serviços sociais. O Senhor Wilson Pascoal
de Brito, também fazendo uso da palavra, falou na
importância da associação estar organizada, pois assim
a mesma estaria apta a receber programas que venham
em benefício da mesma. Em seguida foi apresentada a
chapela linear da nova diretoria da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOL-
VIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE - ADECOF, para o
período de 04 (quatro) anos, com as seguintes nomes:
para presidente a Senhora Maria Alcilete Monteiros
Araújo, Brasileira, casada, portadora da RG 002.383.243,
CPF 093.627.474-30 para vice-presidente O Sr. Joséilton
Costa, Brasileiro, casado, portador da RG 481.936 CPF
447.702.274-34 para 1º Secretário, O Sr. Francisco
José Bezerra de Moraes, Brasileiro, Solteiro, portador da
RG 1.444.405 SSP/RN CPF 967.922.484-87 2º (segundo)
Secretário. O Sr. Aurivan de Souza e Silva, Brasileiro, Solteiro
portador da RG 871.373 SSP/RN CPF 851.784.464-53, Para
1º (primeiro) Tesoureiro, O Sr. Wilson Pascoal de Brito,
Brasileiro casado, portador da RG 767.135 SSP/RN CEP 381.
045.624-68 2º (segundo) Tesoureiro, O Sr. Durval de Sou-
za Bezerra, Brasileiro, casado, portador da RG 3828.
476 SSP/RN CPF 347.850.473-68, para Membros do conselho
Administrativo O Sr. José Azevêdo de Menezes, Brasileiro,
casado, portador da RG 754.585. CPF 521.270. 871-53
O Sr. Zúldo Alves de Góis, Brasileira, Solteiro, portador
da RG 2.507.422 CPF 062.058.594-32 a Sr. Guacassu
Maria de Jesus Neto, Brasileira Solteira, portadora, da
RG 02.771.206 CPF 072 364.81, para conselho fiscal
O Sr. Josiedson Camato de Góis, Brasileiro, casado per-



portador da RG 2.144.789 SSP/RN CPF 060.940.554-02
 Sr. Willy de Oliveira Pascoal, Brasileiro, Solteiro, portador
 da RG 002.393-154 CPF 073.932.604-09, que foi aprovado e lo
 em seguida, dado posse a nova diretoria, passando assim
 o palavra para o novo presidente a Embora Maria Sec
 leze Martins Marinho, que expôs seus objetivos e proposta
 agradecendo a todos pelo voto de confiança, sendo os
 aplaudido pelos presentes, que a parabenizaram o
 segundo-lhe sorte em seu mandato. Não havendo mais
 mais a tratar, O Sr. presidente deu a reunião por encerrada
 as 12:10, em que servi de secretaria Laureia presente
 após que depois de lida e aprovada, deu assinado
 da por mim a Sr. presidente e os demais presentes.
 Felipe Guerra 16 de Janeiro de 2014.

Francisca Maria de Jesus Neto
 Wilton ...
 José ...
 José ...
 ARRIVAN DE SOUZA E SILVA
 JOSIEDSON CAUSTO DE COIS.
 Juracy de Souza Bezerra

Estado do Rio Grande do Norte
 Comarca de Apodi
 Antonio Unio de Felipe Guerra
 Registro de Pessoa Física
 Protocolo no Protocolo 1-A, sob nº 153, pag. 14.
 Registrado Livro A-4, sob nº 244, al. 53V a 54/V.
 Felipe Guerra - EN, 18 de Janeiro de 2014.
 Lygia de Freitas Suassuna
 LYGIA DE FREITAS SUASSUNA
 TABELIA DO REGISTRO DE



Estatuto Social da ADECOF

ESTATUTO SOCIAL



ADECOF- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE

CAPITULO I – DA ENTIDADE

ART. 1º - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE, que também usará a denominação de **ADECOF**, é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituídos por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE poderá abrir agências ou escritórios de representação em outras unidades, com atuação em qualquer parte do território nacional, regendo-se pela legislação aplicável e pelas normas deste estatuto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A associação funcionará em sua sede na Rua Francisco Diógenes nº 130 CEP 59795-000 cidade alta Felipe Guerra.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

ART. 2º - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE tem por finalidade o atendimento social à população aos idosos, aos deficientes (de qualquer grau ou espécie), à recuperação social do menor preso, nas áreas de estruturalização, saúde, alimentação, educação, cultura, ciências, comunicação, desenvolvimento científico, pesquisa, capacitação tecnológica, desenvolvimento institucional, promover ações voltadas para o desenvolvimento de programas esportivos e culturais visando atender as comunidades carentes, esportes e lazer, em todo o território nacional, o que para tanto poderá sugerir, promover, coordenar e executar ações e projetos, construir, instituir e manter creches comunitárias, projetos culturais, artísticos e festivos, cujo objetivo não se afaste das disposições estatutárias aqui pactuadas, assim como aqueles incorporados na própria sede da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**.

- I- Viabilização de doações ou patrocínios, aquisições originárias ou derivadas para o atendimento aos menores carentes, aos idosos, aos deficientes (de qualquer grau ou espécie), à recuperação social do menor preso.
- II- Executar serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de ondas medias, frequência modulada, e sons e imagens (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização previa do poder concedente, na da lei e da legislação vigente com intuito de desenvolver a cultura, prestando assistência social educativa na área da educação, Buscar prestações de trabalhos voluntários de profissionais em diferentes áreas.
- III- O atendimento médico, nutricional, pedagógico, psicológico, preventivo odontológico e jurídico aos menores carentes, aos idosos, aos deficientes (de qualquer grau ou espécie), à recuperação social do menor interno.
- IV- A distribuição de medicamentos e alimentos de acordo com as ações estratégicas e planejamento da diretoria.
- V- Criar oficinas para aprendizagem e iniciação ao trabalho.
- VI- Realizar cursos de educação e cultura tais como informática, pintura, musica artes plásticas, teatro, folclore, conscientização da biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
- VII- Realizar eventos esportivos, gincanas e bingos promocionais.

- VIII- Apoiar as instituições culturais oficiais dos governos federais e estaduais, distritais e municipais.
- IX- Desenvolver propostas pedagógicas, aperfeiçoando e introduzindo novas características às já existentes.
- X- Estabelecer convênios de assessoramento e consultoria, implantação e acompanhamento de soluções de recursos tecnológicos para as instituições públicas ou privadas.
- XI- Adquirir, receber, prover, instrumentos tecnológicos necessários à execução dos projetos junto aos cooperados e conveniados.
- XII- Adquirir, receber, prover, vender e repassar computadores, impressoras, periféricos, vídeos, softwares, equipamentos de informática, foto, áudio e vídeo e suprimentos de informática, moveis e utensílios, bem como todos os bens móveis e imóveis necessários à execução dos projetos junto aos associados e conveniados.

ART. 3º - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE – Não tem o caráter político partidário e não se envolverá em quaisquer questões desarmonizante com suas finalidades e todos e quaisquer benéficos ou aporte econômico que conseguir serão impreterivelmente aplicados direta ou indiretamente em projetos de amparos aos idosos e aos deficientes (de qualquer grau ou espécie), aos menores internos, projetos conservacionistas, projetos para captação de recursos, doações ou patrocínios, promoções e participação de eventos, encontros, seminários, congressos nacionais ou internacionais, vem como receber remuneração pela elaboração ou execução de tais projetos.

ART 4º - Constituem o patrimônio e as fontes de recurso para a manutenção da associação:

- I- Doações de pessoas físicas ou jurídicas.
- II- Subvenção originaria do poder publico.
- III- Contribuições de quaisquer naturezas.
- IV- Bens que a qualquer titulo vier a adquirir.

ART. 5º - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE destinará recursos para a constituição de um fundo financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e autonomia econômica financeira.

ART. 6º - A constituição de qualquer ônus sobre os bens u direito integrantes do patrimônio da - **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**, somente far-se-á respeitando-se as disposições constantes neste estatuto e no regimento interno da ENTIDADE, sendo necessária à aprovação de dois terços do conselho de administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os bens imóveis e moveis, semoventes e equipamentos, que integram o patrimônio da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE** são inalienáveis.

ART. 7º - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE poderá adquirir ou receber a titulo de doação bens móveis, imóveis, semoventes ou equipamentos com objetivo de repassá-los a entidades governamentais ou não, que tenham finalidades afins.

PARÁGRAFO ÚNICO – **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**, poderá, ainda, receber doação de patentes, pedras e metais preciosos, título da

dívida pública da união ou dos estados, títulos de créditos que tenham cotação na bolsa de valores, direitos e ações, "know how" nacional ou estrangeiro.



CAPITULO IV – DOS INTEGRANTES DA ENTIDADE

ART. 8º - Compõem a - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE Fundadores: pessoas signatárias da ata de constituição.

- I- Honorários: pessoas ou entidades que por se destacarem na defesa dos necessitados, dos idosos, dos deficientes (de qualquer grau ou espécie), da recuperação social do menor interno que motivos relevantes forem assim distinguidos.
- II- Colaboradores: pessoas ou entidades que colaborem com a ordem na realização de seus objetivos, segundo critérios a serem determinados pelo conselho de administração.
- III- Podem ser membros da entidade, todo brasileiro, maior, que esteja em dia com suas obrigações cíveis e militares, e que não tenha nenhum processo criminal transitado em julgado.

ART. 9º - São direitos dos membros fundadores e dos membros admitidos na forma do:

- I- Votar e ser votado para cargos eletivos;
- II- Tomar parte e deliberar nas assembléias gerais;
- III- Em caso de exclusão de algum membro, tem o mesmo direito a recurso junto à assembléia geral.

ART 10º - São deveres dos membros:

- I- Cumprir as disposições regimentais;
- II- Acatar as determinações da assembléia geral;
- III- Cumprir o presente estatuto, bem como as deliberações das assembléias gerais;
- IV- Zelar pelos bens e pelo nome da entidade.

ART. 11º - os membros não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da instituição.

ART. 12º – Os membros da entidade só poderão ser admitidos, demitidos e/ou retirados mediante votação da Assembléia sendo necessária à presença de 1/5 dos membros. Sempre cabendo recursos junto a Assembléia Geral.

CAPITULO V – DOS ORGÃOS DA ENTIDADE

ART. 13º - São órgãos da - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE Conselho de Administração;

- I- Diretoria
- II- Conselho Fiscal
- III- Conselho de Administração

DA DIRETORIA

ART 14º Compete ao presidente:

- I- Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II- Cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regimento interno;
- III- Convocar e presidir a assembléia geral;
- IV- Assinar individualmente todos os cheques, ordens de pagamento, títulos que representem obrigações financeiras da Associação, abrir conta em bancos e movimentá-las;
- V- Assinar convênios e projetos.

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ART 15º - O conselho de administração é o órgão máximo de deliberação da Entidade, sendo constituído por 3 (três) membros de ilibada reputação e reconhecido prestígio, sendo 01 (um) presidente, 01 (um) vice-presidente e 01 (um) secretário executivo, da seguinte forma:

- I – 02 (dois) membros naturais escolhidos entre os fundadores;
- II – 01 (um) membro nomeado pelo próprio conselho.

ART. 16º - Não poderão integrar o Conselho de Administração as pessoas que:

- I- Possuam pendência judicial com a Entidade;
- II- Estejam inadimplentes com a Entidade;
- III- Respondam a processo judicial em razão de condutas em desacordo com objetivos da Entidade.

ART. 17º - O conselho de Administração será dirigido por 01 (um) presidente e 01 (um) vice-presidente, que assumirá a presidência na ausência e impedimentos daquele. O cargo da diretoria será de 04 (quatro) anos renováveis indefinidamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, ou extraordinariamente quando se fizer necessário, através de convocação informal de seu presidente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A celebração de qualquer tipo ou natureza de contrato entre a Entidade e os membros da sua Administração fiscal ficam vinculados à deliberação de uma Assembléia geral dos fundadores.

ART. 18º - Compete ao Conselho de Administração:

- I- Fixar e orientar as atividades da Entidade, estabelecendo diretrizes e normas de procedimento destas, pelo acompanhamento de execução de programas aprovados, e pela avaliação dos resultados sob a égide do regime interno;
- II- Controlar a administração do patrimônio da Entidade;
- III- Aprovar os planos, programas, projetos e orçamento anual, assim como acompanhar a sua execução;
- IV- Criar agências ou escritórios de representação conforme definido no **ART. 1º**, **Parágrafo ÚNICO**, ou nomear representantes isolados geograficamente, decisão esta originária de reunião ordinária do Conselho de Administração, com maioria absoluta dos membros, definindo ainda a estrutura técnica Administrativa e Profissional, sob sua gerência. As agências ou escritórios de representação terão

como nível máximo de seus gestores na sua estrutura organizacional a função comissionada equivalente ao nível de chefe de departamento, estando sempre subordinados ao Conselho de Administração;

- V- Aprovar relatórios e prestações de contas, oriundas do presidente do Conselho de Administração;
- VI- Nomear e destituir os ocupantes de funções de confiança, até o nível de chefe de departamento, na estrutura técnica administrativa e profissional da Entidade, fixando atribuições e delegando funções e alçadas;
- VII- Eleger o seu presidente e 1 (um) vice-presidente;
- VIII- Escolher e nomear os membros dos demais conselhos da Entidade;
- IX- Aprovar as alterações do manual de organização, e regimento interno, remetendo cópias atualizadas aos órgãos legais de fiscalização;
- X- Outorgar a colocação de membro honorário da Entidade, nas condições estabelecidas no **ART. 8º, PARAGRAFO II**, deste estatuto;

PARÁGRAFO 1º – Todas as decisões do conselho de Administração serão transcritas na forma documental de **Resoluções do Conselho de Administração**.

PARAGRAFO 2º - O Mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos.

ART. 19º - O Conselho de Administração ao baixar o regimento interno da Entidade fixará:

- I – O modo de convocação e o quorum para instalação de suas reuniões;
- II - O quorum de suas deliberações, respeitando os princípios previstos neste estatuto;
- III – O modo de resolução dos casos omissos neste estatuto.

ART. 20º - Serão Atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- I - Representar a Associação em Juízo ou Fora dele, ativa ou passivamente, e praticar todos e quaisquer atos de defesa dos interesses comuns nos limites das atribuições da lei e deste Estatuto, podendo para tanto constituir mediante procuração assessoria jurídica através de advogados;
- II - Admitir e demitir empregados, bem como fixar as respectivas remunerações, dentro da previsão orçamentária aprovada em reunião do Conselho de Administração;
- III - Executar fielmente as disposições orçamentárias aprovadas em Assembléia Geral;
- IV - Prestar em qualquer tempo, informações aos associados e membros do Conselho Fiscal, sobre atos de administração da associação;
- V - Entregar ao seu sucessor todos os Livros, Documentos e demais objetos pertencentes à associação, em seu poder ou sob a sua responsabilidade;
- VI - Ter sob sua responsabilidade o Livro de Registro da Associação destinado às reclamações e sugestões;
- VII - Assinar contratos e recibos e dar quitação, movimentar contas ou contratos bancários, isoladamente ou em conjunto com o Tesoureiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao Vice Presidente, substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais. O Vice Presidente completará o mandato do Presidente em caso de renúncia ou de mudança local do mesmo, com as mesmas atribuições previstas neste artigo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao Secretário Executivo o assessoramento direto ao Presidente e ao Vice Presidente, no sentido de secretariá-los em assembleias, preparando convocações, atas, registrando sugestões e reclamações de associados dentre outros registros pertinentes ao funcionamento da secretaria da associação.

ART. 21º - A assembléia geral é o órgão permanente e decisivo das questões fundamentais da Entidade, e é constituída por todos os associados em dia com suas obrigações pecuniárias estatutárias. É competência privativa da Assembléia.

- I- Destituir os administradores
- II- Alterar o estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO – para as deliberações que se refere o artigo é necessário o voto de maioria absoluta dos presentes na Assembléia especialmente convocada para este fim.



ART. 22º - A assembléia só poderá ser convocada pelo Presidente e Presidente do Conselho Fiscal conjuntamente ou por 1/5 dos associados.

CAPÍTULO VIII – DO CONSELHO FISCAL

ART. 23º - O conselho fiscal é o órgão executor e fiscalizador da administração financeira, contábil e orçamentária da Entidade, sendo composta por 3 (três) membros de ilibada reputação e reconhecido prestígio, sendo 01 (um) presidente, 01 (um) vice-presidente e 01 (um) secretário, escolhidos pelo Conselho de Administração.

ART. 24º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Dar pareceres fundamentados, e escritos sobre relatórios e demonstrações financeiras da Entidade, com as ressalvas necessárias, abrir e movimentar contas bancárias, endossar retiradas, convocar assembléia geral tudo conjuntamente com o Presidente, ou Diretor legalmente indicado para tal;
- II- Opinar sobre a matéria pertinente a sua responsabilidade em conformidade a lei, ou quando solicitado pelo conselho fundador ou conselho de administração;
- III- Recomendar a realização de auditoria na Entidade;
- IV- Comparecer as reuniões do conselho de administração, sempre que houver que a matéria pertinência com as suas competências.

CAPÍTULO IX – DA DISSOLUÇÃO

ART. 25º - A Entidade entrará em liquidação, posteriormente dissolvido, nos casos previstos em lei, ou pela decisão de 2/3 dos membros do Conselho Administração, depois de ouvidos os outros órgãos da Entidade, ou quando for impossível a sua manutenção.

ART. 26º - Na hipótese de aprovada a liquidação e dissolução da Entidade, o Conselho de Administração determinará a forma pela qual se processarão, elegerá o liquidante e órgão fiscalizador das operações a serem desenvolvidas.

ART. 27º - O patrimônio residual da entidade - **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE** deverá ser integralmente revertido às entidades federais, estaduais, municipais ou não governamentais definidas pelo Conselho de Administração, cujos objetivos e finalidades estiverem mais próximos daqueles contidos no ART. 2º, deste estatuto.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 28º – Os membros dos conselhos não perceberão remuneração, ajuda de custo, jetons diárias, não respondendo pelas obrigações sociais da Entidade, salvo para manutenção de suas funções e no estrito cumprimento dos interesses da Entidade.

ART. 29º - A Entidade não distribuirá proventos e resultados, de quaisquer espécies, aos dirigentes, membros dos conselhos, mantenedores, colaboradores ou membros sob nenhuma forma ou pretexto, porém para a manutenção de suas funções e interesses da Entidade, poderá se dispor de recursos financeiros necessários à administração.

ART. 30º - Os órgãos previstos no regimento interno e no manual de organização serão implementados e terá as respectivas funções e confiança provida à medida das necessidades técnicas e do crescimento de encargos das unidades administrativas, as quais se subordinam as normas estabelecidas no plano de cargos, salários e carreiras.

ART. 31º - As obrigações e atribuições das unidades administrativas estarão subordinadas as políticas, normas e procedimentos da Entidade - **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**
CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ART. 32º - O Estatuto poderá ser modificado, inclusive no tocante a administração por Assembléia especialmente convocada pra este âmbito.

ART. 33º – A estrutura técnica administrativa e profissional será preenchida de acordo com as necessidades.

ART. 34º - O presente estatuto entrará em vigor no momento do seu registro e arquivamento no cartório competente obedecendo todos os tramites legais exigidos.

ART. 35º - Caso haja qualquer tipo de dúvida, omissão ou conflito oriundo deste instrumento, serão resolvidos internamente através de assembléia, a fim de elidir qualquer problema e evitar qualquer demanda judicial.

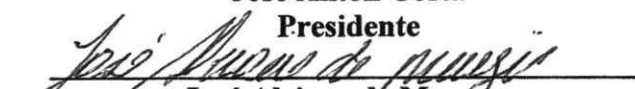
ART. 36º - Fica eleito o fórum de **FELIPE GUERRA RN**, para dirimir qualquer dúvida oriunda deste instrumento, por mais privilegiado que outro for.

Felipe Guerra – RN, 24 de outubro 2007



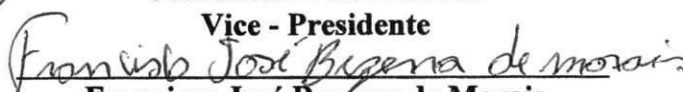
José Ailton Costa

Presidente



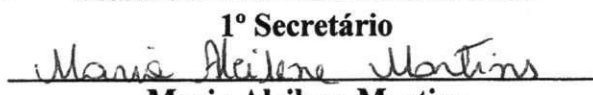
José Alcione de Meneses

Vice - Presidente



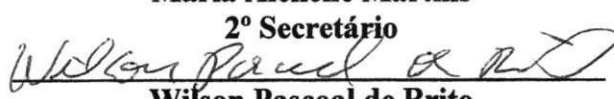
Francisco José Bezerra de Moraes

1º Secretário



Maria Alcilene Martins

2º Secretário



Wilson Pascoal de Brito
Tesoureiro

01211 3 38280000010000

Recibo do Pagador

S - ANATEL

1º Andar, Brasília - DF

Data do Processamento
04/04/2014 -

Nosso Número(Seq-dv)
50011440198-0009-81

Vencimento
31/03/2008

= 1329 - ano = 2008:

o máximo de 20%

04/2014

07/04/2014 - BANCO DO BRASIL - 14:41:09
836010295 0367

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569/945001144019800098121133828000010000
NOSSO NÚMERO 50011440198000981
CONVENIO 004569/4

FISIEL - TX DE FISCALIZ E FUNC

AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218

DATA DE VENCIMENTO 31/03/2008

DATA DO PAGAMENTO 07/04/2014

VALOR DO DOCUMENTO 100,00

MULTA/JUROS 78,60

VALOR COBRADO 178,60

NR AUTENTICACAO C.2AB.0D3.602.6CF.8B2

LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.

ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

(+)Mora/Multa/Juros
78,60

(+)Outros Acréscimos

(=)Valor Cobrado
178,60

OMUNITARIO FELIPENSE

Autenticação Mecânica

Ajuda

Imprimir

00194.56979 45001.144018 98002.198210 1 60190000006600

Recibo do Sacado

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Data do Processamento
11/03/2014 -Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv)
50011440198-0021-98Vencimento
31/03/2014**1. Informações**

Radiodifusão Comunitária - Código= 231

Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2014:

Quantidade de estações:

A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Estações(s)/Indicativo(s): - 631426604

12/03/2014
836011040

BANCO DO BRASIL

13:24:21
0293

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULO

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569794500114401898002198210160150000006600
NOSSO NUMERO 50011440198002198
CONVENIO 00456974**2. Mensagem**

Nº Fistel:50011440198

Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2007,2008,2009,2010 e de outra(s) receita(s)

3. Regras

- Após vencimento cobrar: Multa + Juros (SELIC)

- Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20%

- Juros (SELIC): Somar mês a mês, a partir do mês subsequente
ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento.FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218
DATA DE VENCIMENTO 31/03/2014
DATA DO PAGAMENTO 12/03/2014
VALOR DO DOCUMENTO 66,00
VALOR COBRADO 66,00NR. AUTENTICACAO A.826.969.4E3.445.693
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.PAGO
12/03/2014

(=)Valor do Documento

66,00

(+)Mora/Multa/Juros

(+)Outros Acréscimos

(=)Valor Cobrado

66,00Sacado: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE
CNPJ/CPF: 09078361000125

Autenticação Mecânica


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

 Nome do Contribuinte/Recolhedor: **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE

1. Informações:
ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTES BOLETOS NO SIAFI, UTILIZAR:
CÓDIGO DE ARRECAÇÃO : 52672-0
UG ARRECAÇÃO: 413001 (Qualquer dúvida, enviar e-mail para: fistel@anatel.gov.br)

Rádiodifusão Comunitária - Código= 231
Contribuição Para o Fomento da Rádiodifusão Pública - Código= 4200 - ano = 2014:

Quantidade de estações:

A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

2. Mensagem

Nº Fistel:50011440198

Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2007,2008,2009,2010 e de outra(s) receita(s)

3. Regras

- Após vencimento cobrar: Multa + Juros (SELIC)
- Multa: 0,33% ao dia até o máximo de 20%
- Juros (SELIC): Somar mes a mes, a partir do mês subsequente ao vencimento, sendo 1% no mês de pagamento.

 Outro boleto poderá ser obtido no site:
<http://sistemas.anatel.gov.br/boleto>
GRU - Simples
Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A

 Código do Recolhimento 12672
 Número (NRO) de Referência - FISTEL 500114401980022
 Competência -

 Vencimento 31/03/2014
 CNPJ/CPF 09078361000125
 Contribuinte

Unidade Favorecida 413001/41231

(=) Valor do Principal 10,00

 12/03/2014 836011040 - BANCO DO BRASIL 13:23:50 0292
 COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

 Convenio GRU-GUIA RECOL. UNIAO(REF)
 Código de Barras 858900000000-0 10000363126 1
 72049265001-1 14401980022 1
 Data do pagamento 12/03/2014
 Valor em Dinheiro 10,00
 Valor em Cheque 0,00
 Valor Total 10,00

NR. AUTENTICACAO PASO 12/03/2014 5.65C.40F.B7B.903.004

(+) Valor Total


858900000000 100003631261 720492650011 144019800221



534.29

00194.56979 45001.144018 98000.748214 8 34620000010000

Recibo do Pagador

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF CEP: 70.070-940	Data do Processamento 04/04/2014 - Nosso Número(Seq-dv) 50011440198-0007-48	Vencimento 31/03/2007
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 35%;"> <p>1. Informações Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2007: Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 631426604</p> <p>2. Mensagem Nº Fistel:50011440198</p> <p>3. Regras Acrescido de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Multa: R\$ 20,00 - Juros: R\$ 69,35 - Não conceder desconto/abatimento/dedução</p> <p>- Valor calculado para pagamento até : 30/04/2014</p> </div> <div style="width: 60%; text-align: center;">  <p>07/04/2014 - BANCO DO BRASIL - 14:40:29 836010295 0366</p> <p>COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS</p> <p>BANCO DO BRASIL S.A.</p> <p>001945697945001144018980000748214834620000010000 NOSSO NUMERO 50011440198000748 CONVENIO 00456974 FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218 DATA DE VENCIMENTO 31/03/2007 DATA DO PAGAMENTO 07/04/2014 VALOR DO DOCUMENTO 100,00 MULTA/JUROS 89,35 VALOR COBRADO 189,35</p> <p>NR. AUTENTICACAO 6.A2B.282.335.A3E.617 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO, ENTRE OUTRAS INFORMACOES.</p> </div> </div>		
(=)Valor do Documento 100,00	(+)Mora/Multa/Juros 89,35	(+)Outros Acréscimos (=)Valor Cobrado 189,35
Pagador: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE CNPJ/CPF: 09078361000125		

Autenticação Mecânica

Recibo do Sacado

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Data do Processamento 26/08/2013 -	Vencimento 31/03/2013
	Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv) 50011440198-0019- 11	

Estações(s)/Indicativo(s): - 631426604

Nº Fistel:50011440198

Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es): 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e de out.

- Não conceder desconto/abatimento/dedução

- Valor calculado para pagamento até : 30/08/2013

07/06/2013	BANCO DO BRASILEIRO	11.577,76
069218850		0000

COMPROVANTE DI PAGAMENTO DI FIDUCIE

BANCO DO BRASIL S.A.

0019450974350011440189300191171720040000000400	
NÚMERO	50011440198001911
CONVENIO	0015001/4

AGENCIA/COD. CEDENTE	104/20063248
DATA DO VENCIMENTO	31/03/2013
DATA DO PAGAMENTO	27/08/2013
VALOR DO DOCUMENTO	60,00
MULTAS/JUROS	15,00
VALOR COBRADO	81,50


NR. AUTENTICACAO: A.020.006.700.1.001.001
LEIA NO VERSO COMO OBSERVAR ESTA DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES

31/03/2013

(=)Valor do Documento 66,00	(+)Mora/Multa/Juros 15,53	(+)Outros Acréscimos	(=)Valor Cobrado 81,53
---------------------------------------	-------------------------------------	----------------------	----------------------------------

Sacado: **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**
CNPJ/CPF: 09078361000125

Autenticação Mecânica

	MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código do Recolhimento 12672 Número (NRO) de Referência - FISTEL 500114401980020 Competência
	Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE Endereço: RUA PROFESSOR MANOEL VICENTE, S/N - CIDADE ALTA CIDADE ALTA - 59795000 - Felipe Guerra/RN AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE	Vencimento 31/03/2013 CNPJ/CPF 09078361000125 Contribuinte Unidade Favorecida 413001/41231 (=) Valor do Principal 10,00 (-) ***** Descontos/Abatimento
1. Informações - Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 0,35 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 30/08/2013 Outro boleto poderá ser obtido no site: http://sistemas.anatel.gov.br/boleto		

sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta_Boleto.asp?Fisteis=50011440198@0020&DataCalc=26/08/2013&IndImpMult=true&CotaUnica=C&IndGrCobr... 1/3

GRU - Simples

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A

(-) Outras deduções	*****
(+) Mora/Multa	2,00
(+) Juros/Encargos	0,35
(+) Outros Acréscimos	
(+) Valor Total	12,35

858200000007 123503631260 720492650011 144019800205



27/03/2013 BANCO DO BRASIL 12,35
089218850 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO EM DINHEIRO

Convenio GRU-GUIA RECOL. DIFERENCIADO
Codigo de Barras 858200000007 123503631260 720492650011 144019800205
Data do pagamento 27/03/2013
Valor em Dinheiro 12,35
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 12,35

NR. AUTENTICAÇÃO 1.140.898.728.863.340

PACO

27/03/2013

ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO

1. INFORMAÇÕES

Rádiodifusão Comunitária - Código - 231
- Quantidade de estações referente ao ano 2010:
A-TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Referência: RN - Felipe Guerra

2. MENSAGEM

1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

PAGO
2011
31/03/2011

10,00

1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000
1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

1000 1000 1000 1000 1000 1000

PAGO
31/03/2011

9000

Ajuda

Imprimir

00194.56979 45001.144018 98001.315211 1 45580000009000

Recibo do Sacado

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Data do Processamento 11/03/2014 -	Vencimento 31/03/2010
	Nosso Número(N.Fistel-Seq-dv) 50011440198-0013-15	

1. Informações

Radiodifusão Comunitária - Código= 231

Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2010:

Quantidade de estações:

A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Estações(s)/Indicativo(s): - 631426604

2. Mensagem

Nº Fistel:50011440198

Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2007,2008,2009 e de outra(s) rece

3. Regras

Acréscido de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20%

- Multa: R\$ 18,00 - Juros: R\$ 33,41

- Não conceder desconto/abatimento/dedução

- Valor calculado para pagamento até : 31/03/201412/03/2014
8.36010295

BANCO DO BRASIL

12:19:08
0130

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

0019456979450011440189800131521145580000009000

NOSSO NUMERO 50011440198001315

CONVENIO 00456974

FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC

AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218

DATA DE VENCIMENTO 31/03/2010

DATA DO PAGAMENTO 12/03/2014

VALOR DO DOCUMENTO 90,00

MULTA/JUROS 51,41

VALOR COBRADO 141,41

NR. AUTENTICACAO 4.DC9.EFF.D1A.567.E35

LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

PAGO

12/03/2014

(=)Valor do Documento	(+)Mora/Multa/Juros	(+)Outros Acréscimos	(=)Valor Cobrado
90,00	51,41		141,41

Sacado: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE
CNPJ/CPF: 09078361000125

Autenticação Mecânica

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU		Código do Recolhimento 12672 Número (NRO) de Referência - FISTEL 500114401980014 Competência - Vencimento 31/03/2010 CNPJ/CPF Contribuinte 09078361000125 Unidade Favorecida 413001/41231 (=) Valor do Principal 10,00
Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE		
1. Informações: ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTES BOLETOS NO SIAFI, UTILIZAR: CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO : 52672-0 UG ARRECADAÇÃO: 413001 (Qualquer dúvida, enviar e-mail para: fistel@anatel.gov.br) Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública - Código= 4200 - ano = 2010: Quantidade de estações : A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1		
2. Mensagem Nº Fistel:50011440198 Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2007,2008,2009 e c outra(s) receita(s)		
3. Regras - Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 3,71 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 31/03/2014 Outro boleto poderá ser obtido no site: http://sistemas.anatel.gov.br/boleto		12/03/2014 - BANCO DO BRASIL 12:13:40 836010295 0131 COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA Convenio GRU-GUIA RECOL (UNIAO REI) Código de Barras 858000000003 157103631267 720492650011 144019800140 Data do pagamento 12/03/2014 Valor em Dinheiro 15,71 Valor em Cheque 0,00 Valor Total 15,71 NR.AUTENTICACAO 1,15C,209,F32,B3F,4DA PAGO 12/03/2014
GRU - Simples Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A		(+) Outros Acréscimos (+) Valor Total 15,71

858000000003 157103631267 720492650011 144019800140



00194.56979 45001.144018 98001.042211 1 41930000009000

Recibo do Pagador

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL SAUS, Quadra 06, Bloco H, Ala Norte, 4º Andar, Brasília - DF CEP: 70.070-940	Data do Processamento 04/04/2014 -	Vencimento 31/03/2009
	Nosso Número(Seq-dv) 50011440198-0010-42	
1. Informações Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Código= 1329 - ano = 2009: Quantidade de estações: A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1 Estações(s)/Indicativo(s): - 631426604 2. Mensagem Nº Fistel:50011440198 Possui débito(s) de TFF em ano(s) anterior(es):2007,2008 3. Regras Acrescido de juros (SELIC) mais multa 0,33% ao dia até o máximo de 20% - Multa: R\$ 18,00 - Juros: R\$ 41,85 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 30/04/2014		
<div style="text-align: center;"><p>07/04/2014 - BANCO DO BRASIL - 14:39:40 836010295 0365</p><p>COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS</p><p>-----</p><p>BANCO DO BRASIL S.A.</p><p>-----</p><p>0019456979450011440189800104221141930000009000 NOSSO NUMERO 50011440198001042 CONVENIO 00456974 FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218 DATA DE VENCIMENTO 31/03/2009 DATA DO PAGAMENTO 07/04/2014 VALOR DO DOCUMENTO 90,00 MULTA/JUROS 59,85 VALOR COBRADO 149,85</p><p>-----</p><p>NR.AUTENTICACAO B.9CC.552.AB4.CC0.267 LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO, ENTRE OUTRAS INFORMACOES.</p></div>		
(=)Valor do Documento 90,00	(+)Mora/Multa/Juros 59,85	(+)Outros Acréscimos
		(=)Valor Cobrado 149,85
Pagador: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE CNPJ/CPF: 09078361000125		

Autenticação Mecânica



Nome do Contribuinte/Recolhedor: **ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**
Endereço: **RUA PROFESSOR MANOEL VICENTE, S/N - CIDADE ALTA .**
CIDADE ALTA - 59795000 - Felipe Guerra/RN
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE

1. Informações

- Multa: R\$ 2,00 - Juros: R\$ 4,49
 - Não conceder desconto/abatimento/dedução
 - **Valor calculado para pagamento até : 30/04/2014**
- Outro boleto poderá ser obtido no site: <http://sistemas.anatel.gov.br/boleto>

GRU - Simples

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A

858600000004 164903631264 720492650011 144019800124



07/04/2014 - BANCO DO BRASIL 14:39:03
836010295 0363

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOL.UNIAO(REF)
Codigo de Barras 85860000000-4 16490363126-4
72049265001-1 14401980012-4
Data do pagamento 07/04/2014
Valor em Dinheiro 16,49
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 16,49

NR.AUTENTICACAO B.02D,2DE,AD5,231,4FE

FISTEL

Competência

Vencimento

CNPJ/CPF Contribuinte

Unidade Favorecida

(=) Valor do Principal

(-) Descontos/Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora/Multa

(+) Juros/Encargos

(+) Outros Acréscimos

(+) Valor Total



31/05/2009
09078361000125
413001/41231

10,00

2,00

4,49

16,49

**DESTINATÁRIO**

FONE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E LECTRONICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E LECTRONICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ANEXO B - SALA 300-0

CIDADE

UF

BRASILIA

DF

CEP

70044900

REMETENTE ADECOF

FONE

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FEIRA

ENDEREÇO

RUA FRANCISCO MIOGENES, 8/22

CEP

59795000

CIDADE

FEIPE GUERRA AL

UF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- ☐ Mudou-se
☐ Recusado
☐ Desconhecido
☐ Não procurado
☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o número indicado
☐ Outros (especificar)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª. 11 às 12 h.

2ª. 11 às 12 h.

3ª. 11 às 12 h.

CARIMBO

UNIDADE ENTREGADORA

Rubrica do responsável

Visto



Material reciclável "RECICLAR MATERIAIS E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.006879/2013

Localidade / UF: FELIPE GUERRA/RN

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE

Aviso: 4

Publicação: 18/03/1999

Prazo: 30

Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:

Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Francisco das Chagas da Silva Jacome	405.772.954-20	null		
José Wandilson de Oliveira	275.448.184-20	null		
José Ailton Costa	447.702.274-34	null		
Maria Dalvaci Ramalho	201.322.804-00	null		
Regina Coeli da Costa	423.378.604-34	null		

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 18
- Cópia do RG e CPF FL.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada FL. 20/22
- Certidão Anatel FL.

Pendências:

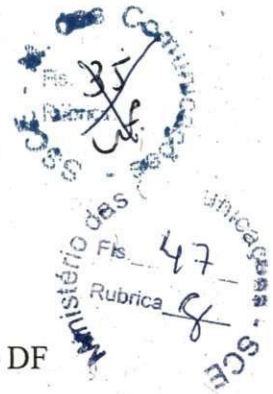
- CNPJ válido e atual.
- Último relatório do Conselho Comunitário.
- Estatuto Social:
 - a) Executar o serviço de radiodifusão comunitária...
 - b) O tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução e não renováveis indefinidamente como prescreve o artigo 17... (20.3, ?d? c.c. 8.2, ?h?)

À consideração superior.


Wallace Santos Pinheiro



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 2 677 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 29 de abril de 2014.

Ao(À) Senhor(a)
REPRESENTANTE LEGAL
Da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**
Rua Francisco Diógenes
59.795-000 / Felipe Guerra - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.006879/2013.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.006879/2013**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Felipe Guerra/RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1613/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

TASSIANA CUNHA CARVALHO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 1613/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº **53780.000076/1999.**
Processo de Renovação nº **53000.006879/2013.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Felipe Guerra/RN.**

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

- I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;
- III. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.
- IV. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação de seu texto ao disposto na legislação vigente, a fim de:
 - a) Indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea “g”, da Norma 1/2011;
 - b) Assegurar a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas

53000.006879/2013/CGRC

instâncias deliberativas existentes no subitem 20.3, alínea “d” c/c subitem 8.3, alínea “c”, ambos da Norma 1/2011;

c) Determinar que não haja a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “d” c/c subitem 8.3, alínea “g”, ambos da Norma 1/2011;

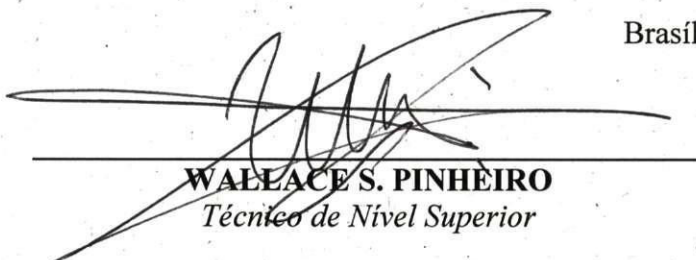
d) Adequar o artigo 17 do Estatuto Social ao subitem 8.2, alínea “h”, da Norma 1/2011, o qual prescreve que o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, é limitado ao máximo de **4 (quatro) anos**, sendo **admitida uma recondução**.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

Brasília, 29 de abril de 2014.



WALLACE S. PINHEIRO
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1613/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 29 de abril de 2014.



TASSIANA CUNHA CARVALHO
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.006879/2013-92**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 31 de julho de 2014



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 19 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 19/08/2014, às 09:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0091525** e o código CRC **EC21D55A**.

53900.006641/2014-02

SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Coordenador- Geral de Acompanhamento de Outorgas.

Assunto: Documentação em resposta ao Ofício nº 2677 /2014/CGRC/SCE - MC

Processo – nº 53000.006879/2013

Local: Felipe Guerra/RN

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências constadas no processo 53000.006879/2013, em nome da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, solicito a prorrogação de prazo por mais 30(trinta) dias, pois em razão de termos de reformular o Estatuto e registrarmos em Cartório e consciente da demora Cartorial não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

Felipe Guerra, 04 de Julho de 2014.


Wilson Pascoal de Brito

Nome do Representante da Entidade: Wilson Pascoal de Brito

CPF: 351.045.624 - 68

Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Cidade Felipe Guerra no Estado do Rio Grande do Norte
Fones: 084 – 3329 – 2220 e 84 - 9677 - 3299

Correio Eletrônico (e-mail) adecoffm@hotmail.com

10-07-14



AC FELIPE GUERIN
04 JUL 2014



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg)

JG 91139319 7 BR

das comunicações
serviço de comunicações eletrônica
de OUTORGA DE SERVIÇOS

FONE

em MINISTÉRIO - BLOCO R
4 DESDE - SALA 300

AC FELIPE GUERIN
04 JUL 2014
DR/PR

UF

DF

FONE

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS
☐ Mudou-se
☐ Recusado
☐ Desconhecido

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / às h.

CARIMBO

ADECOF

Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense

Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro: Cidade Alta – Felipe Guerra/RN

CNPJ. 09.078.361./0001-25 CEP. 59.795-000 Fone: 3329 – 2220

Relatório do Conselho Comunitário Consultivo

O Presente Relatório aprovado pelo Conselho Comunitário Consultivo da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, é o resultado da Assembleia Ordinária realizada para esse fim específico no dia 20 de Junho de 2014, atendendo disposições do Artigo 4º da Lei 9.612/98.

Resumo da Assembleia Ordinária do Conselho Comunitário Consultivo da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense realizada no dia 20 de Junho de 2014, às 16h00min, em sua sede, sito á Rua Francisco Diógenes, nº 130, Bairro: Cidade Alta – Felipe Guerra/RN - CEP. 59.795-000, para apresentação, discussão e aprovação do Relatório do Conselho Comunitário Consultivo, ano 2014.

Verificado o quórum legal, (...) o Presidente do Conselho Comunitário Consultivo, Sr. Antonio de Souza Silva CPF: 035105.714-52 Representando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Felipe Guerra/RN e com os demais integrantes desse Conselho, discutiram e aprovaram a programação da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense. Na oportunidade constatou – se pelo Conselho que a Associação vem cumprindo todas as formalidades e observâncias legais regidas pela Lei 9.612/98, em seu Artigo 4º, o que determina que todas as Associações detentoras de outorga de radiodifusão Comunitária deem preferências:

I – Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da Comunidade;

II – Promoção das atividades artísticas e Jornalísticas da Comunidade e da integração dos Membros da Comunidade atendida;

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 08/08/14 às 16/10 horas

Assinatura: Conceição

III – Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos Membros da Comunidade atendida;

IV – Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações Comunitárias;

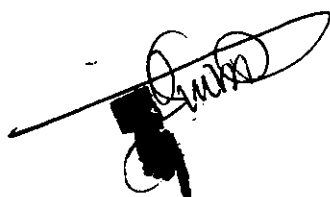
1º É Vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão Comunitária;

2º As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

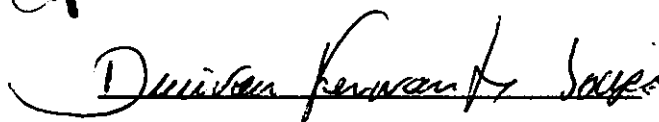
3º Qualquer Cidadão da Comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

4º Não é admitida a Veiculação de espaços Comerciais, sendo admitidos Patrocínios, sob forma de apoio Cultural.

(...) E, não havendo nada mais a tratar, EU, Ducivan Fernandes de Souza, CPF: 663.815.764-72, Secretário, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente do Conselho Comunitário Consultivo, pelos demais representantes de instituições e Associações que estiveram presentes na Assembleia Ordinária, para apresentação, discussão e aprovação do Relatório do Conselho Comunitário Consultivo.



Felipe Guerra/RN, 20 de Junho de 2014.



Ducivan Fernandes de Souza – CPF: 663.815.764-72

Secretário

Presidente do Grupo ARTE-É-RIA Teatro e Dança



Antonio de Souza Silva

Antonio de Souza Silva - CPF: 035105.714-52

Presidente

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Felipe Guerra/RN



Max Iran de Moraes

Max Iran de Moraes - CPF: 083.258.564-59

Membro

Presidente da Associação Dos Produtores Rurais da Comunidade de Santana – Felipe Guerra/RN



Taline Pereira do Vale Souza

Taline Pereira do Vale Souza - CPF: 074.675.614-31

Membro

Presidente da Associação Comunitária do Tabuleiro – Felipe Guerra/RN



Roberta Kelly do Vale Oliveira

Roberta Kelly do Vale Oliveira - CPF: 047.114.047-74

Membro

Coordenadora do CIASP – Felipe Guerra/RN

Reconheço a(s) firma(s) de Duavon
fernandes de Souza a Roberta Kelly
do vale Oliveira e um número de
05 (cinco) Dou Mi
Felipe Guerra - RN, 04 de Agosto de 2014.
Em Testemunho da verdade
Lygia de Freitas Suassuna
ABELIA



ADECOF

Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense

Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro: Cidade Alta – Felipe Guerra/RN

CNPJ. 09.078.361./0001-25 CEP. 59.795-000 Fone: 3329 – 2220

Ofício nº 12/2014

Ao Senhor Coordenador- Geral de Acompanhamento de Outorgas.

Assunto: Documentação em resposta ao Ofício nº **2677 /2014/CGRC/SCE - MC**

Processo – nº **53000.006879/2013**

E sobre Nota Técnica nº **1613/2014/CGRC/SCE-MC**

Local: Felipe Guerra/RN

Em atenção ao ofício acima indicado e relativo à solicitação de documentação para sanear pendências constadas no processo **53000.006879/2013**, em nome da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, estamos enviando em anexo;

1º Certidão Negativa de débitos das receitas administradas pela Anatal;

2º Cópia do Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, Válido e atual;

3º Último Relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela radio Comunitária.

4º Estatuto Social Reformulado e adequado ao disposto na Legislação em Vigor;

5º E Demais solicitações atendidas como adequação do Artigo 17 do Estatuto Social ao subitem 8.2, alínea “h”, da Norma 1/2011.

Sem mais para o momento, agradecemos pela Compreensão e estamos à disposição para eventuais procedimentos para renovação da nossa outorga.

Felipe Guerra/RN, 01 de Agosto de 2014.

Atenciosamente;



Maria Alcilene Martins Marinho

Maria Alcilene Martins Marinho

(Presidente)



Wilson Pascoal de Brito

Wilson Pascoal de Brito

(Tesoureiro) e Representante Legal

Correio Eletrônico (e-mail) adecoffm@hotmail.com

RECONHEÇO (s) por autenticidade
(s) firma(s) de Maria Alcilene
Martins Marinho e Wilson
Pascoal de Brito

Felipe Guerra/RN, 01 de 08 de 2014.

Lygia de Freitas Suassuna
Tabellã e Oficial





Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 09.078.361/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/12/1984
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADECOFE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV MIRA SELVA	NUMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 59.795-000	BAIRRO/DISTRITO CIDADE ALTA	MUNICÍPIO FELIPE GUERRA	UF RN
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/12/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 02/07/2014 às 13:28:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 02/07/2014



Agência Nacional de Telecomunicações

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE
CNPJ: 09.078.361/0001-25

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:06:00 do dia 21/07/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/08/2014.

Certidão expedida gratuitamente.


José Maria Freire
Mat. 45250

AUTENTICO, que a presente cópia
confere com o original, dou fé.

Felipe Guerra/RN, 31 de 07 de 2014.

Lygia de Freitas Suassuna
Tabeliã e Oficiala

ADECOF



Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense

Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro: Cidade Alta – Felipe Guerra/RN

CNPJ.09.078.361./0001-25 CEP. 59.795-000 Fone: 3329 – 2220

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE, REALIZA NO DIA VINTE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE COM A FINALIDADE DE APROVAR O ADITIVO DE REFORMULAÇÃO NO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE, ÀS VINTE HORAS, REUNIU-SE NA SEDE DA FM COMUNITÁRIA BOAS NOVAS SITO A RUA FRANCISCO DIOGENES, Nº 130, BAIRRO CIDADE ALTA NA CIDADE DE FELIPE GUERRA ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, OS INTEGRANTES DA **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**. PRESENTES NESTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA OS ASSOCIADOS: (**PRESIDENTE**) MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO CPF: 093.627.474-30, (**VICE – PRESIDENTE**) JOSÉ AILTON COSTA CPF: 447.702.274-34, (**1º SECRETÁRIO**) FRANCISCO JOSÉ BEZERRA DE MORAIS CPF: 967.922.484-87, (**2º SECRETÁRIO**) AURIVAN DE SOUZA E SILVA CPF: 851.784.464-53, (**1º TESOUREIRO**) WILSON PASCOAL DE BRITO CPF: 351.045.624-68, (**2º TESOUREIRO**) DURVAL DE SOUZA BEZERRA CPF: 347.850.473-68, (**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**) JOSÉ ALCIONE DE MENEZES CPF: 521.270.874-53, ZUILDO ALVES DE GOIS CPF: 062.058.594-32, FRANCISCA MARIA DE JESUS NETA CPF: 077.710.364-81, (**CONSELHO FISCAL**) WILLY DE OLIVEIRA PASCOAL CPF: 073.932.604-09 JOSIEDSON CANUTO DE GOIZ CPF: 060.910.554-02 E ENTRE OUTROS ASSOCIADOS. INICIANDO OS TRABALHOS A PRESIDENTE MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO FALOU DA IMPORTANCIA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA PARA APROVAÇÃO DO ADITIVO DE REFORMULAÇÃO ESTATUTARIA CONFORME O NOVO CODIGO CIVIL E SOLICITAÇÃO DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES E CRIAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA **ADECOF** COMO TAMBÉM DOS SOCIOS EFETIVOS. NA SEQUENCIA A SENHORA PRESIDENTE PASSOU A PALAVRA PARA O SECRETARIO FRANCISCO JOSÉ BEZERRA DE MORAIS QUE FEZ A LEITURA DA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO ESTATUTARIA QUE FICOU ASSIM DETERMINADA: CAPITULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS. ARTIGO 1º - A **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE** ESTABELECIDA A RUA FRANCISCO DIOGENES Nº 130, BAIRRO CIDADE ALTA – FELIPE GUERRA/RN, CEP: 59.795-000

TAMBEM DESIGNADA PELA SIGLA **ADECOF** FUNDADA EM 19 DE JULHO 1984 É UMA ENTIDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS E DURAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO COM SEDE NO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E FORO EM APODI – RN. ARTIGO 2º - NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES A **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** NÃO FARÁ QUALQUER DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA, COR, SEXO, POLITICA OU RELIGIÃO. ARTIGO 3º - A **ADECOF** REGERSE-Á POR ESTE ESTATUTO E PELAS LEIS QUE LHE FOREM APLICADAS. ARTIGO 4º - A FIM DE CUMPRIR SUAS FINALIDADES A INSTITUIÇÃO SE ORGANIZARÁ EM TANTAS UNIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUANTAS SE FIZEREM NECESSÁRIAS, AS QUAIS SERÃO REGIDAS POR SEUS ESTATUTOS E PELAS LEIS QUE LHE FOREM APLICADAS. CAPITULO II DOS OBJETIVOS. ARTIGO 5º - A **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, TEM POR FINALIDADE O ATENDIMENTO A COMUNIDADE, COM VISTAS A: I – CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS FAMILIAS, ATRAVES DO APOIO E PARTICIPAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS E MELHORAMENTOS COMUNITÁRIOS OU ATIVIDADES QUE VENHAM BENEFICIAR DIRETAMENTE AS FAMILIAS, COM RECURSOS PRÓPRIOS, CEDIDOS, DOADOS OU EMPRESTADOS; II – CONTRIBUIR PARA A ORGANIZAÇÃO DAS FAMILIAS NAS ATIVIDADES COMUNITÁRIAS; III – PROMOVER A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS FAMILIAS NOS TRABALHOS EDUCATIVOS COM VISTAS A MELHORIA DOS NIVEIS DE CONSCIÊNCIA CRITICA, POLITICA E COLETIVA; IV – PROMOVER ATIVIDADES SOCIAIS, CULTURAIS, DE SAÚDE E DESPORTIVAS PARA OS SEUS ASSOCIADOS E SUAS FAMILIAS; V – BUSCAR E GERENCIAR RECURSOS EM NIVEL MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL E INTERNACIONAL, NAS ÁREAS SOCIAL, CULTURAL, DE SAÚDE, QUE VENHAM BENEFICIAR AS FAMÍLIAS, DE FORMA GERAL, COLETIVA E COMUNITÁRIA; VI – MANTER INTERCÂMBIOS COM ASSOCIAÇÕES CONGÊNERES E AFINS, VISANDO TROCA DE EXPERIÊNCIAS; VII – A **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, ENTRE OS SEUS OBJETIVOS SOCIAIS, TEM A FINALIDADE DE EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTIDA NA FORMA O SUBITEM 8.2, ALINEA “G” DA NORMA 1/2011. CAPITULO III DOS ASSOCIADOS ARTIGO 6º - A **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** É CONSTITUIDA POR NUMERO ILIMITADO DE SÓCIOS, DISTRIBUIDOS NAS SEGUINTE CATEGORIAS: A) SÓCIOS FUNDADORES; B) SÓCIOS EFETIVOS; C) SÓCIOS HONORÁRIOS. ARTIGO 7º - SÃO SÓCIOS FUNDADORES TODOS OS QUE IDEALIZARAM A CRIAÇÃO E ESTIVERAM PRESENTES À ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA **ADECOF** ASSINANDO A RESPECTIVA ATA. ARTIGO 8º - SÃO SÓCIOS EFETIVOS TODAS AS PESSOAS QUE APÓS A CONSTITUIÇÃO LEGAL DA **ADECOF**, DESEJEM NELA INGRESSAR DE FORMA LIVRE E ESPONTÂNEA. ARTIGO 9º- SÃO SÓCIOS HONORARIOS TODA AQUELA PESSOA NÃO SÓCIA DA ENTIDADE QUE TENHA PRESTADO DIRETA OU INDIRETAMENTE, RELEVANTES SERVIÇOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS PROPOSTOS PELA **ADECOF**. PARÁGRAFO PRIMEIRO – O TITULO DE SÓCIO HONORÁRIO SERÁ DELIBERADO PELA DIRETORIA DA **ADECOF** E

COPIA
três
ra confer:
AUTENTICO
que a presente có
original, don f
de
Guerra/Kr.

SUA OUTORGA SERÁ REVESTIDA DE FORMALIDADES EM ASSEMBLÉIA GERAL. PARAGRAFO SEGUNDO - OS SÓCIOS HONORÁRIOS NÃO TERÃO DIREITO A VOTO E SÃO INELEGÍVEIS. ARTIGO 10 – SÃO DIREITOS DOS SÓCIOS, QUITES COM A TESOUREARIA DA ASSOCIAÇÃO E EM PLENO GOZO DAS REGALIAS QUE LHESS ASSEGUREM ESTE ESTATUTO: I – USUFRUIR DE TODOS OS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ASSOCIAÇÃO; II – RECORRER DE QUALQUER DECISÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA; III – VOTAR E SER VOTADO NAS ELEIÇÕES PARA MEMBRO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL; IV – PARTICIPAR DE QUALQUER PROMOÇÃO LEVADA A EFEITO PELA ASSOCIAÇÃO; V – OFERECER SUGESTÕES; VI – REQUERER A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EM CARATER EXTRAORDINÁRIO. ARTIGO 11 – SÃO DEVERES DOS SÓCIOS: I – CUMPRIR O ESTATUTO, OS REGULAMENTOS E AS DISPOSIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO; II – EXECER OS CARGOS PARA OS QUAIS FOREM ELEITOS, SALVO NOS CASOS DE IMPEDIMENTOS JUSTIFICADOS; III – COLABORAR COM INICIATIVAS DA ASSOCIAÇÃO; IV – PAGAR A CONTRIBUIÇÃO MENSAL FIXADA PELA DIRETORIA EXECUTIVA. ARTIGO 12 – O SÓCIO QUE DE ALGUMA FORMA INFRINGIR AS DISPOSIÇÕES DESTE ESTATUTO OU NORMAS E REGULAMENTOS DA ASSOCIAÇÃO, FICA SUJEITO AS SEGUINTE SANÇÕES, A CRITÉRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA: I – ADVERTÊNCIA, SEMPRE POR ESCRITO E EM CARATER RESERVADO; II – SUSPENSÃO DE UM A SEIS MESES; A) – OS REINCIDENTES EM INFRAÇÃO PUNIDA POR ADVERTÊNCIA; B) – OS QUE ESTEJAM EM ATRASO, HÁ TRES MESES OU MAIS NOS PAGAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PECUNIÁRIAS. III EXCLUSÃO – OS REINCIDENTES EM INFRAÇÃO PUNIDA COM SUSPENSÃO. § 1º - AS SANÇÕES PREVISTAS NESTE ARTIGO SERÃO APLICADAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA, DELA CABENDO RECURSO A ASSEMBLEIA GERAL; § 2º - A APRESENTAÇÃO DE RECURSO NÃO TERÁ EFEITO SUPENSIVO; § 3º – A PENA DE SUSPENSÃO NÃO ISENTA O SÓCIO DE SUAS OBRIGAÇÕES. PARAGRAFO PRIMEIRO – A TODA E QUALQUER PESSOA IDÔNEA TERÁ ASSEGURADO O SEU DIREITO DE INGRESSO GRATUITO NO QUADRO DE ASSOCIADOS DA/ **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, CONFORME ESTABELECE O SUBITEM 8.3 ALÍNEA “B” DA NORMA 1/2011. PARAGRAFO SEGUNDO – TODA PESSOA A SER INCLUIDA NO QUADRO DE SÓCIOS DA **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** TERÁ QUE SER IDÔNEA, TER ENDEREÇO RESIDENCIAL E IDENTIFICAÇÃO NA COMUNIDADE ATENDIDA PELO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA E QUE NÃO ESTEJA ASSOCIADA A NENHUMA OUTRA ENTIDADE QUE TENHA O MESMO ÂMBITO DE AÇÃO E FINS. OS INTERESSADOS A INGRESSAREM NO QUADRO DE SÓCIOS TERÃO DE SER ACLAMADOS EM ASSEMBLEIA GERAL POR MAIORIA SIMPLES. CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO – ARTIGO 13 – A **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, SERÁ ADMINISTRADA POR: A) ASSEMBLEIA GERAL; B) DIRETORIA; C) CONSELHO FISCAL; D) CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO, AQUI REPRESENTADOS PELOS SEGUINTE MEMBROS: ANTONIO DE SOUZA SILVA CPF: 035105.714-52 (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE FELIPE GUERRA/RN), DUCIVAN FERNANDES DE SOUZA CPF: 663.815.764-72


DINAMICO
O processo
é aberto em
Fevereiro/2013
AUTENTICO. que a presente
contém o original, dou
Felipe Guerra/RN

(PRESIDENTE DO GRUPO ARTE-É-RIA TEATRO E DANÇA), MAX IRAN DE MORAIS CPF: 083.258.564-59 (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE SANTANA – FELIPE GUERRA/RN), TALINE PEREIRA DO VALE SOUZA CPF: 074.675.614-31 (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO TABULEIRO – FELIPE GUERRA/RN) E ROBERTA KELLY DO VALE OLIVEIRA CPF: 047.114.047-74 (COORDENADORA DO CIASP – FELIPE GUERRA/RN). ARTIGO 14 - A ASSEMBLEIA GERAL, ÓRGÃO SOBERANO DA INSTITUIÇÃO, SE CONSTITUIRÁ DOS SÓCIOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS ESTATUTÁRIOS. ARTIGO 15 - COMPETE A ASSEMBLEIA GERAL: A) ELEGER A DIRETORIA E O CONSELHO FISCAL; B) DECIDIR SOBRE REFORMAS DO ESTATUTO; DECIDIR SOBRE A EXTINÇÃO DA ENTIDADE; C) DECIDIR SOBRE A CONVENIÊNCIA DE ALIENAR, TRANSIGIR, HIPOTECAR OU PERMUTAR BENS PATRIMONIAIS; D) APROVAR O REGIMENTO INTERNO. ARTIGO 16 - A ASSEMBLEIA GERAL REUNIR-SE-Á, ORDINARIAMENTE UMA VEZ POR ANO PARA: A) APRECIAR O RELATORIO ANUAL DA DIRETORIA; B) DISCUTIR, HOMOLOGAR AS CONTAS E O BALANÇO APROVADO PELO CONSELHO FISCAL. ARTIGO 17 – A ASSEMBLEIA GERAL REUNIR-SE-Á EXTRAORDINARIAMENTE QUANDO CONVOCADA: A) PELA DIRETORIA; B) PELO CONSELHO FISCAL; C) POR REQUERIMENTO DE 1/3 DOS SÓCIOS QUITES COM AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS. ARTIGO 18 – A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL SERÁ FEITA POR MEIO DE EDITAL AFIXADO NA SEDE DA INSTITUIÇÃO E/OU PUBLICADA NA IMPRENSA LOCAL, POR CIRCULARES OU OUTROS MEIOS CONVENIENTES COM ANTECEDÊNCIA MINIMA DE DEZ DIAS ÚTEIS. PARAGRAFO ÚNICO – QUALQUER ASSEMBLEIA SE INSTALARÁ EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM A MAIORIA DOS SÓCIOS E, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO MEIA HORA APÓS, COM 1/3 DOS SÓCIOS. ARTIGO 19 - A DIRETORIA SERÁ CONSTITUIDA POR UM PRESIDENTE, UM VICE-PRESIDENTE, PRIMEIRO E SEGUNDO SECRETÁRIOS, PRIMEIRO E SEGUNDO TESOUREIROS. PARAGRAFO ÚNICO – O MANDATO DA DIRETORIA SERÁ DE 04(QUATRO ANOS), SENDO VETADA MAIS DE UMA REELEIÇÃO CONSECUTIVA. ARTIGO 20 – COMPETE A DIRETORIA: A) ELABORAR E EXECUTAR PROGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES; B) ELABORAR E APRESENTAR A ASSEMBLEIA GERAL, O RELATORIO ANUAL; C) ENTROSAR-SE COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA MÚTU COLABORAÇÃO EM ATIVIDADES DE INTERESSE COMUM; D) CONTRATAR E DEMITIR FUNCIONÁRIOS. ARTIGO 21 – A DIRETORIA SE REUNIRÁ ORDINARIAMENTE UMA VEZ POR MÊS E EXTRAORDINARIAMENTE SEMPRE QUE NECESSÁRIO. ARTIGO 22 – COMPETE AO PRESIDENTE: A) REPRESENTAR A ADECOF JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE; B) CUMPRIR E FAZER CUMPRIR ESTE ESTATUTO E O REGIMENTO INTERNO; C) PRESIDIR A ASSEMBLEIA GERAL; D) CONVOCAR E PRESIDIR AS REUNIÕES DA DIRETORIA. ARTIGO 23 – COMPETE AO VICE-PRESIDENTE, A) AUXILIAR O PRESIDENTE NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES. B) SUBSTITUI-LO NAS SUAS AUSÊNCIAS E IMPEDIMENTOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS. ARTIGO 24 – COMPETE AO PRIMEIRO SECRETÁRIO: A) SECRETARIAR AS REUNIÕES DA DIRETORIA E ASSEMBLEIA GERAL E REDIGIR AS ATAS; B) PUBLICAR TODAS AS NOTICIAS DAS ATIVIDADES DA


O MUNICÍPIO de Apodi, RN, no dia 20 de Agosto de 2013, eu, o Prefeito Municipal, dou
AUTENTICO e confiro a veracidade do original, dou
Félice Guerra/RN: _____
de Freitas S. _____
e Ofc _____

ENTIDADE. ARTIGO 25 – COMPETE AO SEGUNDO SECRETARIO: A) AUXILIAR O PRIMEIRO SECRETÁRIO NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES E SUBSTITUI-LO NAS SUAS AUSÊNCIAS E IMPEDIMENTOS E DEMAIS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS. ARTIGO 26 – COMPETE AO PRIMEIRO TESOUREIRO: A) ARRECADAR E CONTABILIZAR AS CONTRIBUIÇÕES DOS ASSOCIADOS, RENDAS, AUXÍLIOS E DONATIVOS, MANTENDO EM DIA A ESCRITURAÇÃO; B) PAGAR AS CONTAS AUTORIZADAS PELO PRESIDENTE; C) APRESENTAR RELATORIOS DE RECEITAS E DESPESAS, SEMPRE QUE FOREM SOLICITADAS; D) APRESENTAR SEMESTRALMENTE O BALANCETE AO CONSELHO FISCAL; E) CONSERVAR SOBRE SUA GUARDA E RESPONSABILIDADE OS DOCUMENTOS RELATIVOS À TESOURARIA; F) MANTER TODO O NUMERARIO EM ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO. ARTIGO 27 – COMPETE AO SEGUNDO TESOUREIRO: A) AUXILIAR O PRIMEIRO TESOUREIRO NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES E SUBSTITUI-LO NAS SUAS. ARTIGO 28 – O CONSELHO FISCAL SERÁ CONSTITUIDO POR 05(CINCO) MEMBROS E SEUS /RESPECTIVOS SUPLENTE, ELEITOS PELA ASSEMBLEIA GERAL. PARAGRAFO PRIMEIRO – O MANDATO DO CONSELHO FISCAL SERÁ COINCIDENTE COM O MANDATO DA DIRETORIA. PARAGRAFO SEGUNDO – EM CASO DE VACÂNCIA O MANDATO SERÁ ASSUMIDO PELO RESPECTIVO SUPLENTE, ATÉ SEU TERMINO. ARTIGO 29 – COMPETE AO CONSELHO FISCAL: A) EXAMINAR OS LIVROS DE ESCRITURAÇÃO DA ENTIDADE; B) EXAMINAR O BALANCETE SEMESTRAL, APRESENTADO PELO TESOUREIRO OPINANDO A RESPEITO; C) APRESENTAR RELATORIOS DE RECEITAS E DESPESAS SEMPRE QUE FOREM SOLICITADOS. PARÁGRAFO ÚNICO – O CONSELHO FISCAL SE REUNIRÁ ORDINARIAMENTE A CADA 06 (SEIS) MESES E EXTRAORDINARIAMENTE SEMPRE QUE NECESSARIO. DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO ARTIGO 30 – O CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO SERÁ COMPOSTO POR NO MINIMO 05 (CINCO) REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE CLASSES, BENEMÉRITAS, RELIGIOSAS OU DE MORADORES, SEDIADAS NO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA-RN, QUE ELEGERÃO ENTRE SI NA PRIMEIRA REUNIÃO, PRESIDENTE E SECRETÁRIO, COM MANDATO DE 04 (QUATRO) ANOS. ESTE CONSELHO TERÁ FUNÇÃO DE ACOMPANHAR A PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA COM VISTA AO ATENDIMENTO DO INTERESSE EXCLUSIVO DA COMUNIDADE E DO CUMPRIMENTO DA LEI 9.612/2008 E DA NORMA 1/2011. ARTIGO 31 – O CONSELHO/ COMUNITÁRIO CONSULTIVO QUANDO DA SUA ELEIÇÃO, SERÁ CONVOCADO SEMPRE PELA PRESIDENCIA DA INSTITUIÇÃO. PARÁGRAFO ÚNICO – AS REUNIÕES ORDINARIAS E EXTRAORDINARIAS DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO, SERÃO CONVOCADAS PELO SEU PRESIDENTE E OU SECRETÁRIO. ARTIGO 32 – A PAUTA DOS ASSUNTOS SUBMETIDOS AO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO, BEM ASSIM COMO OS PROCESSOS INDIVIDUALIZADOS CORRESPONDENTES A PAUTA, SERÃO REMETIDOS A PRESIDÊNCIA, SETENTA E DUAS HORAS ANTES DA REUNIÃO, COMPETINDO AO PRESIDENTE DO CONSELHO, DESIGNAR OS RELATOES DENTRE OS CONSELHEIROS, QUE EMITIRÃO PARECER CONCLUSIVO NA DATA MARCADA PARA A REUNIÃO. PARÁGRAFO ÚNICO – O PRESIDENTE DO,


UNICO
Apodi
Apodi, 80
para/RN
AUTENTICO
confer
Felipe Guerra/RN

CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO PODERÁ CONVOCAR NOVA REUNIÃO PARA CONCLUIR A DISCUSSÃO DOS PROCESSOS SE NECESSÁRIO, DENTRO DE SETENTA E DUAS HORAS SUBSEQUENTES A REUNIÃO. ARTIGO 33 – OS PARECERES E OPINIÕES EMITIDOS PELO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO TERÃO VALOR REFERENCIAL E INFORMATIVO E NORTEARÃO AS DECISÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA DA INSTITUIÇÃO. ARTIGO 34 – O CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO REUNIR-SE-Á A CADA 06(SEIS) MESES. CAPITULO IV - DO PATRIMÔNIO – ARTIGO 35 – O PATRIMÔNIO DA ADECOF SERÁ CONSTITUIDO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, SEMOVENTES, AÇÕES E APÓLICES DE DIVIDAS PÚBLICAS. ARTIGO 36 – NO CASO DE DISSOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO, OS BENS REMANESCENTES SERÃO DESTINADOS A OUTRA INSTITUIÇÃO CONGÊNERE, COM PERSONALIDADE JURÍDICA QUE ESTEJA NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS OU ENTIDADE PÚBLICA. CAPITULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – ARTIGO 37 – FICA ESTABELECIDO QUE, CONTA BANCARIA DA INSTITUIÇÃO/ SOMENTE PODERÁ SER MOVIMENTADA COM ASSINATURA DO PRESIDENTE E TESOUREIRO EM EXERCÍCIO. ARTIGO 38 – AS ATIVIDADES DOS DIRETORES E CONSELHEIROS, BEM COMO AS DOS SÓCIOS, SERÃO INTEIRAMENTE GRATUITAS, SENDO – LHE VEDADO O RECEBIMENTO DE QUALQUER LUCRO, GRATIFICAÇÃO, BONIFICAÇÃO OU VANTAGEM. ARTIGO 39 – A INSTITUIÇÃO NÃO DISTRIBUIRÁ LUCROS, RESULTADOS, DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES, PARTICIPAÇÕES OU PARCELA DE SEU PATRIMÔNIO SOB NENHUMA FORMA OU PRETEXTO. ARTIGO 40 – AS RENDAS, RECURSOS E EVENTUAL RESULTADO OPERACIONAL SERÃO APLICADOS INTEGRALMENTE NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS NO TERRITÓRIO NACIONAL. ARTIGO 41 – A ADECOF SERÁ DISSOLVIDA POR DECISÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, EXTRAORDINARIAMENTE CONVOCADA PARA ESTE FIM, QUANDO SE TORNAR, IMPOSSÍVEL A CONTINUAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES. ARTIGO 42 – O PRESENTE ESTATUTO PODERÁ SER REFORMADO EM QUALQUER TEMPO POR DECISÃO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS ASSOCIADOS EM ASSEMBLEIA GERAL ESPECIALMENTE PARA ESTE FIM, E ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SEU REGISTRO EM CARTÓRIO. ARTIGO 43 – OS CASOS OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS PELA DIRETORIA E REFERENDADOS PELA ASSEMBLEIA. NA SEQUÊNCIA A SENHORA PRESIDENTE COLOCOU EM DEBATE AS MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS PROPOSTAS E QUE APÓS DISCUSSÃO FOI APROVADA POR TODOS OS SÓCIOS PRESENTES. NADA HAVENDO MAIS A TRATAR A PRESIDENTE ENCERROU OS TRABALHOS PARA LAVRATURA DA PRESENTE ATA QUE DEPOIS DE LIDA E APROVADA VAI ASSINADO POR MIM FRANCISCO JOSÉ BEZERRA DE MORAIS QUE SECRETARIEI OS TRABALHOS, PELO PRESIDENTE E DEMAIS SÓCIOS PRESENTES A ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA.

FELIPE GUERRA – RN 20 DE JUNHO DE 2014.

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO, JOSÉ AILTON COSTA, JOSÉ ALCIONE DE MENEZES, WILSON PASCOAL DE BRITO, JOSIEDSON CANUTO DE GOIZ, DURVAL DE SOUZA BEZERRA, AURIVAN DE SOUZA E SILVA, FRANCISCO JOSÉ BEZERRA DE MORAIS, ZUILDALVES DE GOIS. FRANCISCA MARIA DE JESUS NETA, WILLY DE OLIVEIRA PASCOAL

ASSINATURAS

Maria Alcilene Martins Marinho CPF: _____

José Ailton Costa CPF: _____

Francisco José B. de morais CPF: _____

CPF: _____

Wilson Pascoal de Brito CPF: _____

Durval de Souza e Silva CPF: 347850437-68

Aurivan de Souza e Silva CPF: _____

Francisca Maria de Jesus Neta CPF: _____

Willy de Oliveira Pascoal CPF: _____

Zuildalves de Gois CPF: 062058594-32

CPF: _____

CARTÓRIO ÚNICO
Comarca de Apodi
Rua Paulo padre, 80
Felipe Guerra/RN

AUTENTICO, que a presente cópia

confere com o original, dou fé.

Felipe Guerra/RN, 31 de J de 2014

Lygia de Freitas Suassuna
Tabeliã e Oficiala





* Divisão de Registro
 * Felipe Guerra
 * Tabelião

Estado do Rio Grande do Norte.

Comarca de Apodi.
 Cartório Unico de Felipe Guerra.
 Registro de Pessoas Físicas.

Prematado no Livro T-A, p. 01: 164, p. 18.

Registrado no Livro A-4, p. 01: 255, ab. 69 a 69N.

Felipe Guerra RN, 30 de Junho de 2014.

LYGIA DE FREITAS SUASSUNA.

Suplente Tabela de Registro =



Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felypense, realizada no dia vinte de junho do ano de Dois mil e Quatorze com a finalidade de aprovar a aditivo de reformulação no estatuto social da entidade.

Nos vinte dias do mês de junho do ano de Dois mil e Quatorze, às vinte horas, reuniu-se na sede da FM Comunitária Boas Novas sito a Rua Francisco Drogneres, nº 130, Bairro Cidade Alta na Cidade de Felipe-Guerra Estado do Rio Grande do Norte,



integrante da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense. Presentes nesta Assembleia Geral extraordinária os associados: (Presidente) Maria Alcilene Martins Marinho CPF: 093.627.474-30, (Vice-Presidente) José Hilton Costa CPF: 447.702.274-34, (1º Secretário) Francisco José Bezerra de Moraes CPF: 967.922.484-87, (2º Secretário) Aurivan de Souza C.P.F. 851.784.464-53, (1º Tesoureiro) Wilson Pascoal de Brito C.P.F. 351.045.624-68, (2º Tesoureiro) Durval de Souza Bezerra CPF: 347.850.473-68, (Conselheiro de Administração) José Alcione de Menezes CPF: 521.270.874-53, Zúildo Alves de Góes CPF: 062.058.594-32, Francisca Maria de Jesus Neta C.P.F: 077.710.364-81, (Conselheiro Fiscal) Willy de Oliveira Pascoal C.P.F: 073.932.604-09, Joséilson Camilo de Goiz CPF: 060.910.554-02 e entre outros associados. Iniciando os trabalhos a Presidente Maria Alcilene Martins Marinho falou da importância da reunião extraordinária para aprovação do Aditivo de reformulação Estatutária conforme o novo Código Civil e solicitação do Ministério das Comunicações e criação do regimento interno da ADECOF como também dos sócios efetivos. Na sequência a senhora presidente passou a palavra para o Secretário Francisco José Bezerra de Moraes que fez a leitura da proposta de reformulação estatutária que ficou assim determinada:

Capítulo 1 - Da Denominação, Sede e Fins.
Artigo 1º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense 'estabelecida a Rua Francisco Duogenes nº 130, Bairro Cidade Alta - Felipe - Guerra / RN, CEP: 59.795-000 também designada pela sigla ADECOF fundada em



19 de julho de 1984 é uma entidade civil sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado com sede no município de Felipe-Guerra do Estado do Rio Grande do Norte, Foz em Apodi-RN. Artigo 2º - No Desenvolvimento de suas atividades a Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, Política ou Religião. Artigo 3º - a ADECOF reger-se-á por este estatuto e pelas leis que lhe forem aplicadas. Artigo 4º - A fim de cumprir suas finalidades a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais serão regidas por seus estatutos e pela leis que lhe forem aplicadas. Capítulo II dos Objetivos. Artigo 5º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense tem por finalidade o atendimento a comunidade, com vistas A: I - Contribuir para o Desenvolvimento Econômico e social das famílias, Através do apoio e participação da realização de obras e melhoramentos comunitário ou atividades que venham beneficiar diretamente as famílias, com recursos próprios, cedidos, doados ou emprestados; II - Contribuir para a Organização das Famílias nas atividades comunitária; III - Promover a Auto-Organização das Famílias nos trabalhos educativos com vistas a melhoria dos níveis de consciência crítica, política e coletiva; IV - Promover atividades sociais, culturais, de saúde e Desportivas para os seus associados e sua famílias; V - Buscar e gerenciar recursos em nível municipal, estadual, Federal e Internacional, nas áreas social, cultural, de saúde, que venham beneficiar as famílias, de forma geral, coletiva e comunitária; VI - Manter intercâmbios com associações congêneres e afins, visando troca de experiências; VII - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense, entre os seus objetivos sociais, tem a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária,



conforme a legislação vigente contida na forma o subitem 8.2, Alínea "G" da norma 1/2013. Capítulo III dos Associados Artigo 6º - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Filipense é constituída por numero limitado de sócios, distribuídos nas seguinte categorias: A) Sócios Fundadores; B) Sócios Efetivos; C) Sócios Honorários. Artigo 7º - São sócios Fundadores

Todos os que idealizaram a criação e estiveram presentes a Assembleia Geral de Fundação da ADECOP assumando a respectiva Ata. Artigo 8º - São sócios Efetivos

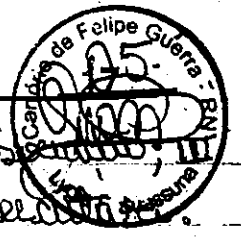
todas as pessoas que após a constituição legal da ADECOP, Desejem nela ingressar de forma livre e espontânea. Artigo 9º - São Sócios Honorários Toda aquela

pessoa não sócia da entidade que tenha prestado direta ou indiretamente, relevantes serviços para o alcance dos objetivos propostos pela ADECOP. Parágrafo

Primeiro o título de Sócio Honorário será deliberado pela Diretoria da ADECOP e sua outorga será revestida de formalidade em assembleia geral. Parágrafo Segundo - Os Sócios Honorários não terão direito a

voto e são inelegíveis. Artigo 10 - São direitos dos Sócios, quites com a tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhe assegurem este estatuto:

I - Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação; II - recorrer de qualquer decisão da diretoria executiva; III - Votar e ser votado nas eleições para membros da diretoria executiva e do Conselho Fiscal; IV - Participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação; V - Exercer sugestões; VI - requerer a convocação da assembleia geral em caráter extraordinário. Artigo 11 - São deveres dos Sócios: I - Cumprir o estatuto, os regulamentos e as disposições da Associação; II - Execer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos.



justificados; III - Colaborar com iniciativas da Associação;
- Pagar a contribuição mensal fixada pela diretoria executiva.

Artigo 12 - O sócio que de alguma forma infringir as disposições deste estatuto ou normas e regulamentos da associação, será sujeito as seguintes sanções, a critério da diretoria executiva: I - Advertência,

Sempre por escrito e em caráter reservado; II - Suspensão de um a seis meses; A1 - Os remidentes em infra-

ção punida por advertência; B1 - Os que estejam em atraso, Há três meses ou mais nos pagamentos das contribuições pecuniárias. III exclusão - Os remidentes em infração punida com suspensão.

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela diretoria executiva, de la cabendo recurso a assembleia geral;

§ 2º - A Apresentação de recurso não terá efeito suspensivo;

§ 3º - A pena de suspensão não isenta o sócio de sua

Obrigações. Parágrafo Primeiro - A toda e qualquer pessoa idônea terá assegurado o seu direito de ingresso gratuito no quadro de associados da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense, conforme estabelece o subitem 8.3 Alínea "B" da norma 1/2.011.

Parágrafo segundo - Toda pessoa a ser incluída no quadro de sócios da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense Terá que ser idônea, ter endereço residencial e identificação no comunidade Atendida pelo serviço de rádio eleição comunitária e que não esteja associada a nenhuma outra entidade que tenha o mesmo âmbito de ação e fins. Os interessados a ingressarem no quadro de sócios terão de ser aclamados em assembleia geral por maioria simples.

Capítulo III Da Administração - Artigo 13 - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense. Será Administrada por: A) Assembleia geral; B) Diretoria; C) Conselho Fiscal; D) Conselho Comunitário Consultivo,

Aque representados pelos seguintes membros: Antônio de Souza Silva CPF: 035.105.714-52 (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Felipe - Guerra / RN),

Relatório S/N (0085391) SEI 53000.006879/2013-92 / pg. 74



Fernandes de Souza CPF: 663.815.764-72 (Presidente do Grupo Arte - é - sua Teatro e Dança), Max Jean de Moraes CPF: 083.258.564-59 (Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Santana - Felipe Guerra/RN), Taline Pereira do Vale Souza CPF: 074.675.614-31 (Presidente da Associação dos Tabuleiros - Felipe - Guerra/RN) e Roberta Kelly do Vale Oliveira CPF: 047.114.047-74 (Coordenadora do CIASP - Felipe - Guerra/RN).

Artigo 14 - A Assembleia Geral, Órgão Soberano da Instituição, se Constituirá dos Sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 15 - Compete a Assembleia Geral: A) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; B) Decidir sobre reformas do estatuto; Decidir sobre a extinção da entidade; C) Decidir sobre a conveniência de alienar, transgir, Hipotecar ou permutar Bens Patrimoniais; D) Aprovar o regimento interno.

Artigo 16 - A Assembleia Geral reunir-se-á, Ordinariamente uma vez por ano para: A) Apreciar o relatório Anual da Diretoria; B) Discutir, Homologar as contas e o Balanço Aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 17 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada: A) pela Diretoria; B) pelo Conselho Fiscal; C) por requerimento de 1/3 dos Sócios Quites com as Obrigações Sociais.

Artigo 18 - A Convocação da Assembleia Geral será feita por meio de Edital Afixado na Sede da instituição e/ou Publicada na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes com antecedência mínima de dez dias úteis.

Parágrafo Único - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos Sócios e, em segunda convocação meia hora após, com 1/3 dos Sócios.

Artigo 19 - A Diretoria será constituída por um presidente, um Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros.

Parágrafo Único - O mandato da Diretoria terá de 04 (Quatro anos), sendo vetado mais de uma



Reeleição consecutiva. Artigo 20 - Compete a Diretoria: A) elaborar e executar programa anual de atividades; B) elaborar e apresentar a Assembleia geral, o relatório anual; C) Entrosar-se com instituições Públicas e Privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; D) Contratar e Demitir Funcionários. Artigo 21 - A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário. Artigo 22 - Compete ao Presidente: A) Representar a ADECOF judicial e extrajudicialmente; B) Cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno; C) Presidir a Assembleia Geral; D) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria. Artigo 23 - Compete ao Vice-Presidente, A) Auxiliar o presidente no desempenho de suas funções e Atribuições. B) Substituí-lo nas ausências e impedimentos e demais disposições estatutárias. Artigo 24 - Compete ao Primeiro Secretário: A) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia geral e redigir as Atas; B) Publicar todas as notícias das atividades da entidade. Artigo 25 - Compete ao segundo Secretário; A) Auxiliar o primeiro Secretário no desempenho de suas funções e atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos e demais disposições estatutárias. Artigo 26 - Compete ao primeiro Tesoureiro: A) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos Associados, rendas, Auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração; B) Pagar as contas Autorizadas pelo Presidente; C) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas; D) Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal; E) Conservar sobre sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria; F) Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito. Artigo 27 - Compete ao Segundo Tesoureiro; A) Auxiliar o primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções e atribuições e substituí-lo nas suas. Artigo 28 - O Conselho Fiscal será constituído por (cinco) membros e seus



respectivos suplentes, eleitos pela assembleia geral. Parágrafo único - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Artigo 29 - Compete ao Conselho Fiscal: A) examinar os livros de escrituração da entidade; B) examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro opinando a respeito; C) Apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que forem solicitados.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá Ordinariamente a cada 06 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário. Do Conselho Comunitário Consultivo.

Artigo 30 - O Conselho Comunitário Consultivo será composto por no mínimo 05 (cinco) representantes de entidades de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, sediadas no município de Felipe Guerra - RN, que elegerão entre si na primeira reunião, Presidente e Secretários, com mandato de 04 (quatro) anos. Este Conselho terá função de acompanhar a programação da Emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e do cumprimento da Lei 9.612/2.008 e da norma 3/2011. Artigo 31 - O Conselho Comunitário Consultivo quando da sua eleição, será convocado sempre pela presidência da instituição. Parágrafo Único - As reuniões Ordinárias e extraordinárias do Conselho Comunitário Consultivo, serão convocadas pelo seu Presidente e ou Secretários.

Artigo 32 - A pauta dos assuntos submetidos ao Conselho Comunitário Consultivo, bem assim como os processos individualizados correspondentes a pautas, serão remetidos a Presidência, setenta e duas horas antes da reunião, competindo ao Presidente do Conselho, designar os relatores dentre os Conselheiros, que emitirão parecer conclusivo na data marcada para a reunião. Parágrafo Único - O Presidente do Conselho Comunitário Consultivo poderá convocar nova reunião para concluir a discussão dos processos se necessário, Dentro de setenta e duas horas subsequentes a reunião. Artigo 33 - Os



Resoluções e opiniões emitidos pelos Conselhos Comunitários Consultivos terão valor referencial e informativo e não terão as decisões da diretoria executiva da instituição. Artigo 34 - O Conselho Comunitário Consultivo reunir-se-á a cada 06 (seis) meses.

Capítulo IV - Do patrimônio - Artigo 35 - O patrimônio da ADECOF será constituída de bens móveis, veículos, semoventes, ações e Apólices de dívida públicas. Artigo 36 - No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congêneres, com personalidade jurídica que esteja no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade pública.

Capítulo V - Das Disposições gerais - Artigo 37 - Fica estabelecido que, conta Bancária da instituição, somente poderá ser movimentada com assinatura do presidente e tesoureiro em exercício. Artigo 38 - As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhe vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. Artigo 39 - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. Artigo 40 - As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional. Artigo 41 - A ADECOF será dissolvida por decisão da Assembleia geral, extraordinariamente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de sua atividades. Artigo 42 - O presente estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo por decisão da maioria absoluta dos associados em Assembleia geral especialmente para este fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório. Artigo 43 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia. Na sequência a senhora presidente colocou em debate as mudanças estatutárias propostas e que após discussão foi aprovada por todos os sócios presentes. Nada havendo mais a tratar a presidente encerrou os trabalhos para



Assinatura da presidente ata que depois de lida e aprovada vai assinada por mim Francisco Jose Bezerra de Moraes que secretarei os trabalhos, pelo presidente e demais sócios presidentes a assembleia extraordinária.

Felipe - Guerra RN 30 de junho de 2014.

Maria Alcilene Martins Marinho, Jose Ailton Costa, Jose Alcione de Menezes, Wilson Pascoal de Brito, Jesuselson Lamito de Gois, Durval de Souza Bezerra, Aurivan de Souza e Silva, Francisco Jose Bezerra de Moraes, Zuleido Alves de Gois, Francisca Maria de Jesus Neto Willy de Oliveira Pascoal.

Maria Alcilene Martins Marinho

[Signature]

Francisco Jose Bezerra de Moraes

[Signature]

[Signature]

AURIVAN DE SOUZA E SILVA

Francisca Maria de Jesus Neto

[Signature]

Zuleido Alves de Gois

Estado do Rio Grande do Norte.

Comarca de Apodi

Cartório Unico de Felipe Guerra

Registro de Pessoas Físicas

Registrado no Protocolo T-A, sob nº: 165, pag. 18.

Registrado Livro A-4, sob nº: 256, as fls. 69/v a 75.

Felipe Guerra/RN, 30 de Junho de 2014.

Lygia de Freitas Juassuna

LYGIA DE FREITAS JUASSUNA

tabelião do Registro de Imóveis



ORIGINAL



ADECOF

Associação de Desenvolvimento Comunitário Felpense

Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro: Cidade Alta – Felipe Guerra/RN

CNPJ.09.078.361./0001-25 CEP. 59.795-000 Fone: 3329 – 2220

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE

FELIPE GUERRA/RN

CAPÍTULO I

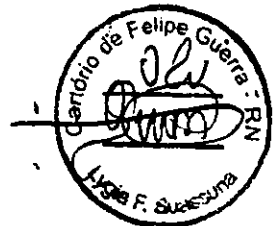
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE estabelecida à Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro Cidade Alta – Felipe Guerra/RN, CEP: 59795-000 também designada pela sigla ADECOF fundada em 19 de Julho de 1984 é uma entidade civil sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado com sede no município de Felipe Guerra estado do Rio Grande do Norte e foro em Apodi - RN.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades a **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE reger-se-á por este estatuto e pelas leis que lhe forem aplicadas.

Art. 4º - A fim de cumprir sua(s) finalidade(s) a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais serão regidas por seus estatutos e pelas leis que lhe forem aplicadas.



CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 5º – A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE, tem por finalidade o atendimento a comunidade, com vistas a:

I – Contribuir para o desenvolvimento econômico e social das famílias, através do apoio e participação da realização de obras e melhoramentos comunitários ou atividades que venham beneficiar diretamente as famílias, com recursos próprios, cedidos, doados ou emprestados;

II – contribuir para a organização das famílias nas atividades comunitárias;

III – Promover a auto-organização das famílias nos trabalhos educativos, com vistas à melhoria dos níveis de consciência crítica, política e coletiva;

IV – promover atividades sociais, culturais, de saúde e desportivas para os seus associados e suas famílias;

V – Buscar e gerenciar recursos em nível municipal, estadual, federal e internacional, nas áreas social, cultural, de saúde, que venham beneficiar as famílias, de forma geral, coletiva e comunitária;

VI – Manter intercâmbios com associações congêneres e afins, visando troca de experiências;

VII – **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, entre os seus objetivos sociais, tem a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente contida na forma do subitem 8.2, alínea “g”, da Norma 1/2011.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

a) Sócios Fundadores

b) Sócios Efetivos



c) Sócios Honorários

Art. 7º - São Sócios Fundadores todas os que idealizaram a criação e estiveram presentes à Assembléia Geral de Fundação da ADECOF assinando a respectiva Ata.

Art. 8º - São Sócios Efetivos todas as pessoas que após a constituição legal da ADECOF, desejem nela ingressar de forma livre e espontânea.

Art. 9º - São Sócios Honorários toda pessoa não sócia da Entidade que tenha prestado direta ou indiretamente, relevantes serviços para o alcance dos objetivos propostos pela ADECOF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Título de Sócio Honorário será deliberado pela Diretoria da ADECOF e sua outorga será revestida de formalidades em Assembléia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Os Sócios Honorários não terão direito a voto e são inelegíveis.

Art. 10 – São direitos dos sócios, quites com a tesouraria da associação e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este estatuto, tem os seguintes direitos:

- I – Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação;
- II – Recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva;
- III – Votar e ser votado nas eleições para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- IV – Participar de qualquer promoção levada a efeito pela associação;
- V – Oferecer sugestões;
- VI – Requerer a convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário.

Art. 11 – são deveres dos sócios:

- I – Cumprir o estatuto, os regulamentos e as disposições da associação;
- II – Exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III – Colaborar com iniciativas da Associação;
- IV – Pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria Executiva.



Art. 12 – O sócio que de alguma forma infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação, fica sujeito as seguintes sanções, a critério da Diretoria Executiva:

I – Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado;

II – Suspensão de 1 a 6 meses:

a) Os reincidentes em infração punida por advertência;

b) Os que estejam em atraso, há três meses ou mais nos pagamentos das contribuições pecuniárias.

III – Exclusão

- Os reincidentes em infração punida com suspensão.

§ - 1º – As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, dela cabendo recurso à Assembleia Geral;

§ - 2º – A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo;

§ - 3º – A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

PARAGRAFO PRIMEIRO – A toda e qualquer pessoa idônea terá assegurado o seu direito de ingresso gratuito no quadro de associados da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, conforme estabelece o subitem 8.3, alínea “b” da Norma 1/2011.

Parágrafo Segundo – Toda pessoa a ser incluída no quadro de sócios da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** terá que ser idônea, ter endereço residencial e identificação na comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão comunitária e que não esteja associada a nenhuma outra entidade que tenha o mesmo âmbito de ação e fins. Os interessados a ingressarem no quadro de sócios terão que ser aclamada em Assembleia Geral por maioria simples.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, Será administrada por:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal e;
- d) Conselho Comunitário Consultivo

Art. 14 - A assembleia Geral, Órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus Direitos Estatutários.



Art. 15 - Compete à Assembléia Geral:

- a) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- b) Decidir sobre reformas do Estatuto;
- c) Decidir sobre a extinção da Entidade nos termos do artigo 34;
- d) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- e) Aprovar o Regimento Interno.

Art. 16 - A Assembleia Geral reunir-se-á, Ordinariamente uma vez por ano para:

- a) Apreciar o Relatório Anual da Diretoria;
- b) Discutir, homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 17 - A Assembleia Geral reunir-se-á Extraordinariamente, quando convocada:

- a) Pela Diretoria;
- b) Pelo Conselho Fiscal
- c) Por requerimento de 1/3 dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 18 - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de Edital afixado na Sede da Instituição e/ou publicada na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO – Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, meia hora após, com 1/3 dos sócios.

Art. 19 - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Mandato da Diretoria será de 04 (quatro) anos, sendo vetada mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 20 - Compete a Diretoria:

- a) Elaborar e executar, programa anual de atividades;
- b) Elaborar e apresentar a Assembléia Geral, o relatório Anual;
- c) Entrosar-se com Instituições Públicas e Privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- d) Contratar e demitir funcionários.

Art. 21 - A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 22 - Compete ao Presidente:

- a) Representar a ADECOF judicial e extrajudicialmente;
- b) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;



- c) Presidir a Assembléia Geral;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Art. 23 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções e atribuições e
- b) Substituí-lo nas suas ausências e impedimentos e demais disposições Estatutárias.

Art. 24 - Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as Atas;
- b) Publicar todas as notícias das atividades da Entidade.

Art. 25 - Compete ao Segundo Secretário:

- a) Auxiliar o Primeiro Secretário no desempenho de suas funções e atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos e demais disposições Estatutárias.

Art. 26 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- b) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- c) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- d) Apresentar semestralmente o Balancete ao Conselho Fiscal;
- e) Conservar sobre sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à tesouraria;
- f) Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Art. 27 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) Auxiliar o Primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções e atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos e demais disposições Estatutárias.

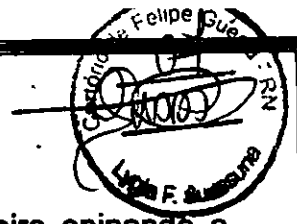
Art. 28 - O Conselho Fiscal será constituído por 05 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

PARÁGRAFO 2º - Em caso de vacância o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 29 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os Livros de Escrituração da Entidade;



- b) Examinar o Balancete Semestral. Apresentado pelo Tesoureiro opinando a respeito;
- c) Apresentar Relatórios de Receitas e Despesas sempre que forem solicitados.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Conselho Fiscal se reunirá Ordinariamente a cada 06 (seis) meses e Extraordinariamente sempre que necessário.

DO CONSELHO COMUNITÁRIO CONSULTIVO

Art. 30 – O Conselho Comunitário Consultivo será composto por no mínimo 05 (cinco) representantes de Entidades de Classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, sediadas no município de Felipe Guerra-RN, que elegerão entre si, na primeira reunião, Presidente e Secretário, com mandato de 04 (quatro) anos. Este Conselho terá função de acompanhar a programação da Emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e do cumprimento da lei 9.612/2008 e da norma 1/2011.

Art. 31 – O Conselho Comunitário Consultivo quando da sua eleição, será convocado sempre pela presidência da instituição.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Comunitário Consultivo serão convocadas pelo seu presidente e/ou secretário.

Art. 32 – A pauta dos assuntos submetidos ao Conselho Comunitário Consultivo, bem assim como os processos individualizados correspondentes a pauta, serão remetidos a Presidência, setenta e duas horas antes da reunião, competindo ao Presidente do Conselho, designar os relatores, dentre os Conselheiros, que emitirão parecer conclusivo, na data marcada para a reunião.

Parágrafo Único – O Presidente do Conselho Comunitário Consultivo poderá convocar nova reunião para concluir a discussão dos processos, se necessário, dentro de setenta e duas horas subsequentes a reunião.

Art. 33 – Os pareceres e opiniões emitidos pelo Conselho Comunitário Consultivo terão valor referencial e informativo e nortearão as decisões da Diretoria Executiva da instituição.

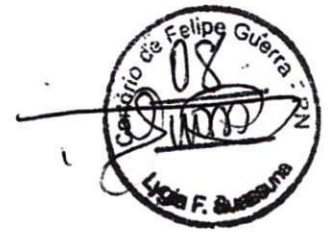
Art. 34 – O Conselho Comunitário Consultivo reunir-se-á a cada 06 (seis) meses.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Art. 35 - O patrimônio da ADECOF será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívidas públicas.

Art. 36 - No caso de dissolução da Instituição, os bens remanescentes serão destinados à outra Instituição congênere, com personalidade jurídica que esteja no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou Entidade Pública.



CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37– Fica estabelecido que, conta bancaria da instituição, somente poderá ser movimentada com a assinatura do presidente e tesoureiro em exercício.

Art. 38 - As atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 39 - A Instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 40 - As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos Institucionais no Território Nacional.

Art. 41 - A **ADECOF** será dissolvida por decisão da Assembléia Geral, Extraordinariamente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 42 - O presente Estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo por decisão da maioria absoluta dos Associados em Assembléia Geral especialmente para este fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 43 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e Referendados pela Assembléia.

Felipe Guerra/RN 20 de Junho de 2014

Assinaturas



Maria Alcilene Martins Marinho

Maria Alcilene Martins Marinho

(Presidente)

José Ailton Costa

José Ailton Costa

(Vice - Presidente)

Francisco José Bezerra de Moraes

Francisco José Bezerra de Moraes

(1º Secretário)

Durval de Souza Bezerra

Durval de Souza Bezerra

(2º Secretário)

Wilson Pascoal de Brito

Wilson Pascoal de Brito

(Tesoureiro)



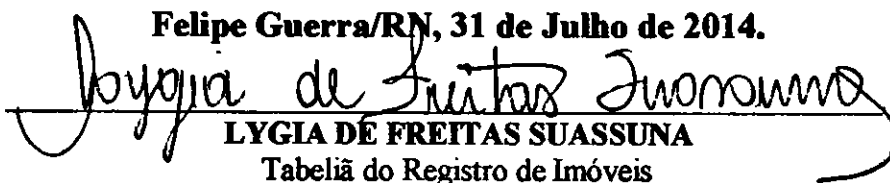
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE APODI
CARTÓRIO ÚNICO DE FELIPE GUERRA

Rua Maria Josélia da Silva, 111, Cidade Alta – Felipe Guerra/RN. CEP: 59795-000
CGC/MF N.º 08.540.023/0001-09

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Prenotado no Protocolo 1 – A, sob o nº 166, pág. 18.
Registrado (a) Livro A-4, sob o Nº 257, às fls 75 a 79/V.

Felipe Guerra/RN, 31 de Julho de 2014.


LYGIA DE FREITAS SUASSUNA
Tabeliã do Registro de Imóveis



CARTÓRIO ÚNICO
Comarca de Apodi
Rua Paulo padre, 84
Felipe Guerra/RN

AUTENTICAÇÃO

COM

31 de 07 de 2014.

Lygia de Freitas Suassuna
Tabela e 0001-25

ADECOF

Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense
Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro: Cidade Alta – Felipe Guerra/RN
CNPJ.09.078.361./0001-25 CEP. 59.795-000 Fone: 3329 – 2220



Estiveram reunidos os sócios da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, para reformarem, deliberarem e aprovarem através de aditivo, mudanças no **ESTATUTO SOCIAL** da entidade, realizada conforme descrição da **PAUTA DA ASSEMBLÉIA GERAL** realizada no dia 20 do mês de junho de 2014, na sede da FM Boas Novas a Rua Francisco Diógenes nº 130, ficando o aditivo contextualizado da seguinte forma:

TERMO DE ADITIVO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS. Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE estabelecida à Rua: Francisco Diógenes, nº 130, Bairro Cidade Alta – Felipe Guerra/RN, CEP: 59795-000 também designada pela sigla ADECOF fundada em 19 de Julho de 1984 é uma entidade civil sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado com sede no município de Felipe Guerra estado do Rio Grande do Norte e foro em Apodi - RN. **Art. 2º -** No desenvolvimento de suas atividades a **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião. **Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** reger-se-á por este estatuto e pelas leis que lhe forem aplicadas. **Art. 4º -** A fim de cumprir sua(s) finalidade(s) a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais serão regidas por seus estatutos e pelas leis que lhe forem aplicadas. **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS. Art. 5º – A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, tem por finalidade o atendimento à comunidade, com vistas a: I – Contribuir para o desenvolvimento econômico e social das famílias, através do apoio e participação da realização de obras e melhoramentos comunitários ou atividades que venham beneficiar diretamente as famílias, com recursos próprios, cedidos, doados ou emprestados; II – contribuir para a organização das famílias nas atividades comunitárias; III – Promover a auto-organização das famílias nos trabalhos educativos, com vistas à melhoria dos níveis de consciência crítica, política e coletiva; IV – promover atividades sociais, culturais, de saúde e desportivas para os seus associados e suas famílias; V – Buscar e gerenciar recursos em nível municipal, estadual, federal e internacional, nas áreas social, cultural, de saúde, que venham beneficiar as famílias, de forma geral, coletiva e comunitária; VI – Manter intercâmbios com associações congêneres e afins, visando troca de experiências; VII – **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, entre os seus objetivos sociais, tem a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente contida na forma

do subitem 8.2, alínea "g", da Norma 1/2011. **CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS. Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: a) Sócios Fundadores b) Sócios Efetivos c) Sócios Honorários. **Art. 7º - São Sócios Fundadores** todas as que idealizaram a criação e estiveram presentes à Assembleia Geral de Fundação da ADECOF assinando a respectiva Ata. **Art. 8º - São Sócios Efetivos** todas as pessoas que após a constituição legal da ADECOF, desejem nela ingressar de forma livre e espontânea. **Art. 9º - É Sócios Honorários** toda aquela pessoa não sócia da Entidade que tenha prestado direta ou indiretamente, relevantes serviços para o alcance dos objetivos propostos pela ADECOF. **PARÁGRAFO primeiro** - O Título de Sócio Honorário será deliberado pela Diretoria da ADECOF e sua outorga será revestida de formalidades em Assembleia Geral.

PARÁGRAFO segundo- Os Sócios Honorários não terão direito a voto e são inelegíveis.

Art. 10 – São direitos dos sócios, quites com a tesouraria da associação e em pleno gozo das regalias que lhes assegurem este estatuto, tem os seguintes direitos: I – Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação; II – Recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva; III – Votar e ser votado nas eleições para membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; IV – Participar de qualquer promoção levada a efeito pela associação; V – Oferecer sugestões; VI – Requerer a convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinário. **Art. 11** – são deveres dos sócios: I – Cumprir o estatuto, os regulamentos e as disposições da associação; II – Exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados; III – Colaborar com iniciativas da Associação; IV – Pagar a contribuição mensal fixada pela Diretoria Executiva. **Art. 12** – O sócio que de alguma forma infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regulamentos da Associação, fica sujeito as seguintes sanções, a critério da Diretoria Executiva: I – Advertência, sempre por escrito e em caráter reservado; II – Suspensão de 1 a 6 meses: a) Os reincidentes em infração punida por advertência; b) Os que estejam em atraso, há 3 meses ou mais nos pagamentos das contribuições pecuniárias. III – Exclusão - Os reincidentes em infração punida com suspensão. § - 1º – As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, dela cabendo recurso à Assembleia Geral; § - 2º – A apresentação de recurso não terá efeito suspensivo; § - 3º – A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações. **Parágrafo Primeiro** – A toda e qualquer pessoa idônea terá assegurado o seu direito de ingresso gratuito no quadro de associados da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE**, conforme estabelece o subitem 8.3, alínea "b" da Norma 1/2011. **Parágrafo Segundo** – Toda pessoa a ser incluída no quadro de sócios da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE** terá que ser idônea, ter endereço residencial e identificação na comunidade atendida pelo serviço de radiodifusão comunitária e que não esteja associada a nenhuma outra entidade que tenha o mesmo âmbito de ação e fins. Os interessados a ingressarem no quadro de sócios terão que ser aclamada em Assembleia Geral por maioria simples. **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO Art. 13** - A Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, Será administrada por: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Fiscal e; d) Conselho Comunitário Consultivo **Art. 14** - A assembleia Geral, Órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus Direitos Estatutários. **Art. 15** - Compete à Assembleia Geral: a) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal; b) Decidir sobre reformas do Estatuto; Decidir sobre a extinção da Entidade; c) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais; d) Aprovar o Regimento Interno. **Art. 16** - A Assembleia Geral reunir-se-á, Ordinariamente uma vez por ano para: a) Apreciar o Relatório Anual da Diretoria; b) Discutir, homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal. **Art. 17** - A Assembleia Geral reunir-se-á Extraordinariamente, quando convocada: a) Pela Diretoria; b) Pelo Conselho Fiscal; c) Por

dos ao Conselho
correspondentes
tes da reunião.

competindo ao Presidente do Conselho, designar os relatores, dentre os Conselheiros, que emitirão parecer conclusivo, na data marcada para a reunião.

Parágrafo Único – O Presidente do Conselho Comunitário Consultivo poderá convocar nova reunião para concluir a discussão dos processos, se necessário, dentro de setenta e duas horas subsequentes a reunião. **Art. 33** – Os pareceres e opiniões emitidos pelo Conselho Comunitário Consultivo terão valor referencial e informativo e nortearão as decisões da Diretoria Executiva da instituição. **Art. 34** – O Conselho Comunitário Consultivo reunir-se-á a cada 06 (seis) meses. **CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO Art. 35** - O patrimônio da **ADECOF** será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívidas públicas. **Art. 36** - No caso de dissolução da Instituição, os bens remanescentes serão destinados à outra Instituição congênere, com personalidade jurídica que esteja no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou Entidade Pública. **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 37**– Fica estabelecido que, conta bancária da instituição, somente poderá ser movimentada com a assinatura do presidente e tesoureiro em exercício. **Art. 38** - As atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. **Art. 39** - A Instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. **Art. 40** - As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos Institucionais no Território Nacional. **Art. 41** - A **ADECOF** será dissolvida por decisão da Assembleia Geral, Extraordinariamente convocada para este fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades. **Art. 42** - O presente Estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo por decisão da maioria absoluta dos Associados em Assembleia Geral especialmente para este fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório. **Art. 43** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e Referendados pela Assembleia.

Felipe Guerra-RN, 20 de junho de 2014.

Maria Alcilene Martins Marinho

Maria Alcilene Martins Marinho

Presidente

CPF: 093627474-30

CARTÓRIO ÚNICO
Comarca de Apodi
Rua Paulo padre, 80
Felipe Guerra/RN

AUTENTICO que a presente cópia
confer. original dou fê.

Felipe Guerra/RN 31 07 de 2014

Lygia de Freitas Suassuna
Tabeliã e Oficiala





DESTINATÁRIO		FONE
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES - DEPART. OUTORGA DE SERVIÇOS		
ENDEREÇO		
ESPLANADA DOS MINISTERIOS - BLOCO R - ED. ANEXO - ALA OESTE - SALA 300		
CIDADE		UF
BRASILIA DF		
CEP		
70044-900		

REMETENTE	FONE	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado	TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª: __/__/__ às __h. 2ª: __/__/__ às __h.	CARIMBO
ENDEREÇO				
RUA FRANCISCO M'GONIVES, 130 CIDADE ALTA				



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE

CNPJ: 09.078.361/0001-25

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:36:28 do dia 29/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOSÉ AILTON COSTA (Título Eleitoral: 007970551627)** é **PRESIDENTE - COMISSÃO PROVISÓRIA (exercício 31/03/2016 a 01/07/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PDT - 12 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - FELIPE GUERRA/RN**
Vigência: **Início: 31/03/2016 Final: 01/07/2016**
Código: **5X\$D.TW/8.DDFD.VZW5.**
Certidão emitida às: **26/04/2016 09:25:54**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



G+1 0

mais

Próximo blog»

Criar um blog Login



CLUBE DO BREGA NA QUADRA RM
CLUBE NO SÍTIO MARIANA -
CARAÚBAS



PROGRAMA CLUBE DO BREGA
APRESENTAÇÃO KIKO MORAIS



Quem sou eu



boas novas fm

Visualizar meu perfil
completo

TEMPO HOJE EM FELIPE GUERRA

segunda-feira, 22 de fevereiro de 2016

BASTIDORES POLÍTICO REVELAM INTERESSE DE CANDIDATURA DE WILSON PASCOAL

Os Bastidores da Política Felipense nos Recantos da Zona Urbana e Rural já começam a Desencadear alguns Pré – Candidatos que estão pretendendo Concorrer a uma Vaga no Legislativo Felipense. Além dos já Vereadores que estão exercendo seus Mandatos e que Pretendem se Reeleger, outros Também estão se Mostrando interessados em se Candidatar. É o Caso do Diretor de Programação da Rádio Comunitária Boas Novas FM, [Wilson Pascoal de Brito](#), Wilson também está exercendo a Profissão de Motorista na Secretaria Municipal de Saúde.



Segundo Wilson Pascoal, Muitos Amigos e alguns Familiares têm Sugerido ao Mesmo que se lance Candidato com Promessas de Muitos que irão se aliar para Conseguir Elegê – lo um dos Vereadores do Município de Felipe Guerra.

Ainda Segundo Ele, tem se Mostrado interessado em Participar do Pleito Eleitoral em 2016. “Sinto-me Confiante em ser um Forte Candidato ao Cargo de Vereador, pois tenho Muitos Amigos e sou de uma Família Tradicional e numerosa que é a Família Pascoal, Tenho Serviços Prestados a Sociedade Felipense e as Pessoas me Conhecem muito Bem e

ARRAIÁ DA MESA DA AMAIGURA -
APODI



NO AR



HORA CERTA BOAS NOVAS FM

VOCÊ É O VISITANTE Nº
48925

18º APODI COMPRE E GANHE - EM
DINHEIRO



VIVA SEM DROGAS

Mural de Recados
BOAS NOVAS FM 87,9

Enviar mensagem

Raquel caleffi em 02/07/2015

Gostaria de ouvir livre pra voar e oferecer as amigas do coração
Kaliane Almeida Rilvanete kaline
sheila salome enfim familia
oliveira.bjao

Raquel caleffi em 02/07/2015

Um saluto caloroso a todos
parentes e amigos...Saudades de
vcs...bjao direto da Itália

**PR. DEUSDETE em
27/06/2015**

UM ALÔ A TODOS OS OUVINTES
EM NOME DA IGREJA
PRESBITERIANA DO BRASIL,

Seguidores

STTR - FELIPE GUERRA



SOBERANA & DROGARIA VIVA VIDA



MERCANTIL ALVES EM FELIPE GUERRA



ADRIANO ESPETINHO EM FELIPE GUERRA

sabe do Meu Caráter como Pessoa e como Cidadão". Wilson Pascoal ainda enfatiza que o seu Desejo em se Candidatar ao Cargo de Vereador é por que já está cansado de Apoiar outras Candidaturas e no Final ninguém conseguiu superar suas expectativas de Mudanças Melhores para sua Terra Felipe Guerra. Quero ser Vereador para pelo menos tentar fazer alguma coisa para Melhorar a Vida dos Municípios tanto na Zona Rural, como na Cidade, acho que a Minha Gente Merece ter mais Desenvolvidos e Trabalhos para que possam ter sua dignidade Própria sem Precisar de Ninguém para sua Sobrevivência. Disse: Wilson Pascoal.

Postado por boas novas fm às 20:00

G+1 Recomende isto no Google

Nenhum comentário:

Postar um comentário

Digite seu comentário...

Comentar como:

Selecione perfil...

Publicar

Visualizar

Postagem mais recente Página inicial
Postagem mais antiga

Assinar: [Postar comentários \(Atom\)](#)

BARRACA DO PEIXE NA BARRAGEM DE SANTA CRUZ - APODI



DEPOSITO DE BEBIDAS SÃO JOÃO



AUTO ESCOLA APODI



DROGARIA ALIANÇA




Nominuto.com - Notícias
Dupla é presa após roubo em parada de ônibus - PM prendeu os bandidos logo após o crime, que aconteceu no bairro de Lagoa Nova.
Há 26 minutos

Na Hora RN
 Filho de ex-ministro
Ciro Gomes é detido por porte de droga no Ceará - Droga foi achada no carro de
Ciro Saboya após acidente de trânsito. Segundo AMC,
Ciro avançou o sinal vermelho e colidiu com outro carro. O filho do ex-mini...
Há uma hora

PASSANDO NA HORA
 [VIDEO] CRIME DE HOMICÍDIO EM MOSSORÓ-RN. HOMEM É ASSASSINADO EM ESTRADA CARROÇÁVEL NA ALAMEDA DOS

CAJUEIROS . - *No final da matéria vídeo onde o perito do ITEP fala sobre o crime. * O Centro Integrado de Operações e Segurança Pública (CIOSP), registrou mais um crime ...
Há uma hora


Nossa Pau dos Ferros RN

 Flagrante do dia de hoje 25/04/16 - Mais um acidente na Avenida Getúlio Vargas em Pau dos Ferros, esta ficando frequentes acidentes nesta avenida, senhores condutores pelo amor de DEUS fique...
Há 10 horas


Blog do João Moacir

 Filho de ex-ministro
Ciro Gomes é detido por porte de droga no Ceará - Droga foi achada no carro de
Ciro Saboya após acidente de trânsito. Segundo AMC,
Ciro avançou o sinal vermelho e colidiu com outro carro. O filho do ex-mini...
Há 11 horas


PatuNews

 CONTAGEM
REGRESSIVA: FALTAM APENAS 4 DIAS PARA O PRAZO FINAL DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA 2016 - A Receita Federal informou que recebeu, até as 11h desta segunda-feira (25), 16,31 milhões de declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2016...
Há 11 horas

Santana Noticia

 Parabéns hoje para o Advogado Otoniel Júnior - Quem hoje esteve recebendo os parabéns de Familiares e Amigos pela passagem de seu aniversário, foi o Dr. Otoniel Júnior Maia. Durante todo o dia de hoje ...
Há 13 horas

Blog do Josenias Freitas

 Dr Pinheiro visita região do Vale do Apodi com pré candidato a vereador - O pré-candidato a vereador pelo Solidariedade, João de Lauro, aproveitou a tarde do ultimo domingo para visitar a região do Vale do Apodi. Juntamente com...
Há 14 horas

Felipe Guerra News

Bancos agora podem abrir e fechar contas pela internet - *Agência Brasil
* Os clientes bancários agora podem abrir ou fechar contas bancárias, como conta-corrente e de poupança, usando a internet. O Conselho Mon...
Há 16 horas

Blog Umarizal News - A Notícia Verdade

 Operação para recuperar veículos roubados termina com um suspeito morto - Vasto material foi recuperado pela Polícia Militar. Policiais do 3º batalhão de Polícia Militar (3º BPM) apreenderam na manhã desta segunda-feira (25) no ...

Há 19 horas



Taboleiro Grande News



Grave acidente na madrugada desse Domingo deixou 03 jovens mortos e outro ferido na BR-406 em Guamaré - Um grave acidente na madrugada deste domingo (24), na BR 406, próximo a comunidade de Baixa do Meio, especificamente entre o povoado Nova Esperança e Ba...

Há 20 horas



Novo Santana News

Só 39 senadores a favor da saída de Dilma do Governo - Ainda que o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff seja dado como certo até por senadores governistas, levantamento feito pela Folha mostra q...

Há um dia



sentinelasdoapodi



Caraúbas=Adolescente morre após ser atropelada por motoqueira em alta velocidade. - Vitima: Bruna Vitória Alves Uma garota de aproximadamente 17 anos morreu após ser atropelada por uma moto na Rodovia estadual RN 233, zona urbana da cidad...

Há um dia



Portal Pedra de Abelha



1º Homicídio em Umarizal em 2016: Homem foi morto na zona rural do município - Por volta das 11:30 horas deste domingo (24), aconteceu o primeiro homicídio no município de Umarizal no ano de 2016. O fato aconteceu na comunidade inspe...

Há um dia



Severiano Net



Ministério Público de Apodi recomenda fiscalização na merenda escolar do município - O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município de Apodi deve realizar visitas periódicas às escolas da rede municipal a fim de fiscalizar se o Progr...

Há 2 dias



F5 Apodi



Mossoró: polícia apreende 1 tonelada de droga, uma das maiores apreensões já feita na cidade. - (Foto: Marcelino Neto)

As polícias Civil e Militar fizeram uma apreensão histórica de drogas na cidade de Mossoró, na região Oeste potiguar. Na tarde de...

Há 3 dias



BLOG DO SARGENTO ANDRADE



Cantor e Compositor Dudé Viana lança Flor no Deserto em Natal - "Flor no Deserto". Esse é o título do novo CD do cantor e

compositor Dudé Viana que tem a participação do cantor Cláudio Saraiva e será apresentado ao púb...

Há 3 dias



CASSINHO MORAIS

Mulher é a sexta pessoa morta a tiros em menos de 48 horas em

Caicó, RN - Uma mulher foi
assassinada a tiros dentro de um
salão de beleza na Zona Oeste de
Caicó, município do seridó potiguar,
na tarde desta quarta-feira (20). De
...
Há 5 dias

ADECOF

Modelo Travel. Tecnologia do [Blogger](#).

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 9644/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.006879/2013-92**

Processo de Outorga nº: 53780.000076/1999

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Felipe Guerra/RN**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. Encaminhar o comprovante de registro da Ata de Eleição e Posse da atual diretoria, datada de 15 de janeiro de 2014, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária;

II. Apresentar cópia da Cédula de Identidade de **TODOS** os seus diretores, ou cópia de algum dos demais documentos elencados pelo art. 22, §3º, da Portaria nº 4334 (transcrição abaixo). Ressalte-se que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) NÃO será aceita para comprovar a nacionalidade, conforme dispõe o §4º do mesmo artigo 22.

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC

"Art. 22. São documentos habilitantes:

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;(...)

§3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS); ou

VII - passaporte.

§4º A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou nacionalidade."

III. Apresentar suas manifestações quanto aos fatos mencionados a seguir, que configuram indícios de que a entidade mantém **vínculos político-partidários** proibidos pela legislação referente ao serviço de radiodifusão comunitária:

- **O diretor JOSÉ AILTON COSTA (Vice-Presidente) exerce cargo em órgão partidário municipal, conforme detalhado no Anexo I desta Nota Técnica;**
- **O diretor WILSON PASCOAL DE BRITO (1º Tesoureiro), em publicação no blog da emissora na internet, expressa sua pretensão política ao cargo de Vereador no município de Felipe Guerra/RN, conforme detalhado no Anexo II desta Nota Técnica.**

III.1. Ressalte-se que **configuram óbice à renovação** da outorga quaisquer das situações elencadas pelo artigo 11 da Lei 9612/98 c/c os artigos "7º-III"; "25-III"; "25-§2º" e "132-III" da Portaria nº 4334:

Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998

"Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais."

Portaria nº 4334

"Art. 7º Para os fins desta Portaria, considera-se: (...)

III - Vínculo: a manutenção ou o estabelecimento de **qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes**, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, em especial mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; (...)

Art. 25. São hipóteses de inabilitação: (...)

III - o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza; (...)

§2º Considera-se vinculada, em infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, a entidade que, enquanto perdurar a relação jurídica com o Ministério das Comunicações, se enquadre no descrito no art. 7º, inciso III, notadamente:

I - quando membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado:

a) exerce mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal;

b) exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político, a nível municipal, estadual, distrital ou federal;

c) exerce cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal,

independentemente da denominação que recebem;

d) é dirigente de entidade outorgada ou de outra interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou Comercial; ou

e) exerce cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio.

II - quando a diretoria da entidade for composta majoritariamente por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos os cônjuge ou companheiro.

III - quando estatuto social, ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral ou qualquer outro documento da entidade apresente claramente disposições que explicitem a vinculação;

IV - quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou de seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária; e

V - quando a entidade, por qualquer meio, anuncie que realiza ou realizará proselitismo."

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que: (...)

III - constatada a existência de vínculo." (grifos nossos)

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do art. 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Tonioli Iglezias, Analista Técnico Administrativo**, em 26/04/2016, às 17:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 27/04/2016, às 15:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1090609** e o código CRC **872B875D**.

Minutas e Anexos

Anexo I (1090742) - Certidão expedida pela Justiça Eleitoral;

Anexo II (1090749) - Cópia de notícia veiculada no blog da Rádio Boas Novas (<http://boasnovasfmfg.blogspot.com.br>)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 13804/2016/SEI-MC

São Paulo, 26 de abril de 2016.

À Senhora
MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO
Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense
Rua Francisco Diógenes, 130 - Cidade Alta
59795-000 / Felipe Guerra - RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.006879/2013-92.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **9644/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.006879/2013-92**.

Atenciosamente,



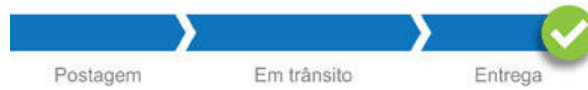
Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 27/04/2016, às 15:51, conforme art. 3º, III, "a",



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1090940 e o código CRC **9F1CB46C**.

JO096903821BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
05/05/2016 16:10 Felipe Guerra / RN

05/05/2016 16:10 Felipe Guerra / RN	Objeto entregue ao destinatário
05/05/2016 08:35 Felipe Guerra / RN	Objeto saiu para entrega ao destinatário
04/05/2016 16:46 Felipe Guerra / RN	A entrega não pode ser efetuada - Carteiro não atendido
04/05/2016 08:03 Felipe Guerra / RN	Objeto saiu para entrega ao destinatário
28/04/2016 10:02 Sao Paulo / SP	Objeto postado

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ofício nº 13804/2016/SEI-MC

À Senhora

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense

Rua Francisco Diógenes, 130 - Cidade Alta

59795-000 / Felipe Guerra - RN

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.006879/2013-92.

SINATAIRE

SINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

AURIVAN DA SILVA SOARES

05/05/16

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

AURIVAN DA SILVA SOARES

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Agente de Correios
Mat. 0.028.404-5

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
FELIPENSE - ADECOF**

Rua Francisco Diógenes, 130, Cidade Alta, Felipe Guerra-RN, CEP
59795-000

Ofício nº 01/2016 - ADECOF

53900.036000/2016-36

03/06/2016

Ao Ilmo. Senhor

THIAGO D'AROLLA PEDROSA GALVÃO

DELEGADO REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino, Vila Leopoldina

CEP 05.311-900

São Paulo-SP

Assunto: **Encaminhamento de esclarecimentos, providências e documentações acerca da Nota Técnica nº 9644/2016/SEI-MC, referente ao processo nº 53000.006879/2013-92.**

Senhor Delegado,

Encaminhamos a Vossa Senhoria documentações, providências e esclarecimentos referentes a **Nota Técnica nº 9644/2016/SEI-MC, processo nº 53000.006879/2013-92**, que tratam da renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, conforme abaixo:

1. Encaminhamos cópia da **ATA DE ELEIÇÃO E POSSE** da atual diretoria, datada de 15/01/2014, e **CERTIDÃO CARTORÁRIA** do registro da referida no Cartório Único de Felipe Guerra-RN, sob o nº de ordem 244, às folhas 53/v a 54/v do Livro A-04 do Registro de Pessoas Jurídicas, em 18/02/2014.
2. Apresentamos cópias das **CÉDULAS DE IDENTIDADES** de todos os diretores elencados na Ata de Eleição e Posse datada de 15/01/2014;
 - MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO (Presidente);
 - JOSÉ AILTON COSTA (Vice-Presidente) - **MEMBRO DESLIGADO**;
 - FRANCISCO JOSÉ BEZERRA DE MORAIS (1º Secretário);
 - DURVAL DE SOUZA BEZERRA (2º Secretário);

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
FELIPENSE – ADECOF**

Rua Francisco Diógenes, 130, Cidade Alta, Felipe Guerra-RN, CEP
59795-000

- **WILSON PASCOAL DE BRITO** (Tesoureiro) – **MEMBRO DESLIGADO**;
3. Em relação à exigência III da **Nota Técnica nº 9644/2016/SEI-MC**, quando da alegação de indício de que a entidade mantém vínculos político-partidários, proibidos pela legislação referente aos serviços de radiodifusão comunitária, passaremos a nos manifestar com as providências imediatamente tomadas:
- a. Conhecido o teor dos fatos acerca das evidências apuradas durante o processo de renovação de outorga, que caracterizaram indícios de vinculação político-partidária, a Presidência da Associação convocou reunião da Diretoria da instituição para resolução da situação, quando os membros **JÓSE AILTON COSTA** (Vice-Presidente) e **WILSON PASCOAL DE BRITO** (Tesoureiro) apresentaram as solicitações de afastamentos definitivos do quadro de membros associados e conseqüentemente dos cargos que atualmente ocupavam na diretoria da entidade. Com isso foi deliberada pela convocação imediata de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para apreciação das solicitações, conforme determina o Estatuto Social;
 - b. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio do corrente ano, foram recebidas e apreciadas as solicitações de afastamentos dos então membros **JÓSE AILTON COSTA** (Vice-Presidente) e **WILSON PASCOAL DE BRITO** (Tesoureiro), quando em seguida foi procedido com a eleição para os cargos vacantes de VICE-PRESIDENTE e TESOUREIRO, conforme prevê o texto estatutário, quando na ocasião foram eleitos em empossados os membros **WILZA MARIA DE OLIVEIRA** no cargo de vice-presidente e **EDVALDO BARBOSA DOS SANTOS** no cargo de tesoureiro, conforme cópia da ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA e CERTIDÃO CARTORÁRIA do registro da referida no Cartório Único de Felipe Guerra-RN, sob o nº de ordem 297, às folhas 154/v a 155 do livro A-04 do Registro de Pessoas Jurídicas, em 01/06/2016.
4. Apresentamos também cópias das **CÉDULAS DE IDENTIDADES** dos diretores empossados em Assembléia Extraordinária realizada em 08/05/2016, para ocupação imediata de cargos vacantes na diretoria da instituição:

**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
FELIPENSE – ADECOF**

Rua Francisco Diógenes, 130, Cidade Alta, Felipe Guerra-RN, CEP
59795-000

- WILZA MARIA DE OLIVEIRA (Vice-Presidente);
- EDVALDO BARBOSA DOS SANTOS (Tesoureiro).

ANTE O EXPOSTO, atendendo tempestivamente as exigências e providências elencadas na Nota Técnica nº 9644/2016/SEI-MC, processo nº 53000.006879/2013-92, requeremos a **renovação da outorga dos serviços de radiodifusão para esta entidade** com a aceitação de toda a documentação e justificativas encaminhadas e apresentadas através deste.

Felipe Guerra-RN, 03 de junho de 2016.

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO

CPF Nº 093.627.474-30
Presidente da ADECOF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE APODI
CARTÓRIO ÚNICO DE FELIPE GUERRA

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu Ofício, a pedido verbal da pessoa interessada, que a **Ata da Assembleia Geral Ordinária de Eleição e Posse da nova diretoria – ADECOF – Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, realizada aos 15 (quinze) de janeiro de 2014 (dois mil e quatorze), com a finalidade de eleger a chapa da nova Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, encontra-se **REGISTRADA** no Livro A-04, do Registro de Pessoas Jurídicas deste Cartório Único de Felipe Guerra, **sob o nº de ordem 244, às fls. 53/v a 54/v**, em data de 18 de fevereiro de 2014. O referido é verdade, dou fé. Dado e passado nesta cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, ao 01 de junho de 2016. Eu Cristiane Cardoso de Souza, Escrevente Autorizada, fiz extrair a presente certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Felipe Guerra, 01 de junho de 2016.

Cristiane Cardoso de Souza

CRISTIANE CARDOSO DE SOUZA
Escrevente Autorizada

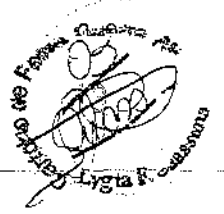


Cartório Extrajudicial
Felipe Guerra -RN

Priscila Machado dos Santos Dantas
Tabeliã e Registradora

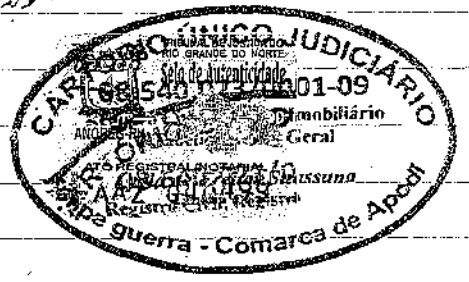
CNPJ: 08.540.023/0001-09

Avenida Mira Selva, n.º 959 - Cidade Alta - Felipe Guerra/RN - Cep: 59.975-000 – Tel. (84)3329-2242
E-mail: cartoriofg@gmail.com



- 5 * Wilson Porcel
- 12 * JOSIEDSON CANUTO DE GOIS
- 16 * Francisco José Bezerra de morais
- 19 * Rivaldo Silva Bezerra
- 22 * Rivaldo da Silva e Silva
- 25 * Rivaldo Silva de Gois
- 28 * Maria Helene Martins

Estado do Rio Grande do Norte
Comarca de Apodi
Cartório Unio de Felipe Guerra
Registro de Livro Fundica
Protocolado no Protocolo 1-A sob ori-075 pag. 08
Registrado Livro A-03, sob ori-166 on fls. 46/47 a 47.
Felipe Guerra-Ex, 23 de Junho de 2010.
Lygia de Freitas Suassuna
LYGIA DE FREITAS SUASSUNA
Tabela do Registro de Imóveis.



Ata da assembleia geral ordinária de eleição
e posse da nova diretoria - ADECOF - Associação de
desenvolvimento comunitário Felipense.
As 15 (quinze) dias do mês de janeiro do ano
de dois mil e quatorze, na sede desta cassola
lão, localizada na Rua Francisco Diógenes Nº 130 Bairro
Cidade Alta - Felipe Guerra - RN. Teve início as
09 horas da manhã, reuniram-se com o propósito
de elegerem a chapa da nova diretoria, Conselho de
Administração, e Conselho Fiscal, para o período de
15 (quinze) de janeiro de dois mil e quatorze.



De quinze) de janeiro de dois mil e dezeto. Aberto
os trabalhos, o Senhor Antonio de Souza e Silva (pre-
sidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Felipe
Guerra), fez suas colocações, a associação, explicou so-
bre a importância do trabalho já realizados e a con-
tinuidade dos serviços sociais. O Senhor Wilson Pascoal
de Brito, também fazendo uso da palavra, falou na
importância da associação estar organizada, pois assim
a mesma estará apta a gerar programas que venham
em benefício da mesma. Em seguida foi apresentada a
empresa única da nova diretoria da ASSOCIAÇÃO DE DESE-
NVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE - ADECOF, para o
período de 04 (quatro) anos, com os seguintes nomes:
para presidente a Senhora Maria Alcileu Martins Ma-
rinho, Brasileira, Casada, portadora da RG 002.383.243
CPF 093.687.474-30 para Vice-presidente O Sr. Joséilton
Costa, Brasileiro, Casado, portador da RG 481.936 CPF
447.702.274-34 para 1º Secretário, O Sr. Francisco
José Bezerra de Moraes, Brasileiro, Solteiro, portador da
RG 1.444.405 SSP/RN CPF 967.922.484-87 2º (segundo)
Secretário, O Sr. Aurivan de Souza e Silva, Brasileiro, Solteiro
portador da RG 871.373 SSP/RN CPF 851.784.464-53, Para
1º (primeiro) Tesoureiro, O Sr. Wilson Pascoal de Brito,
Brasileiro casado, portador da RG 767.135 SSP/RN CPF 381.
045.624-68 2º (segundo) Tesoureiro, O Sr. Daniel de Sou-
za Bezerra, Brasileiro, casado, portador da RG 3828.
476 SSP/RN CPF 347.850.473-68, para Membros do Conselho
Administrativo O Sr. José Azeite de Menezes, Brasileiro,
casado, portador da RG 754.585. CPF 521.270. 984-53
O Sr. Zúlio Alves de Góis, Brasileiro, Solteiro, portador
da RG 2.507.492 CPF 062.058.594-32 a Sr. Francisca
Maria de Jesus Niter, Brasileira, Solteira, portadora, da
RG 002.771.006 CPF 072 364.81, Para Conselho Fiscal
O Sr. Josiedson Camilo de Góis, Brasileiro, casado por



1. petador da RG 2.144.789 SSP/RN CPF 060.940.554-22
 2. Sr. Willy de Oliveira Pascoal, Brasileiro, Solteiro, portador
 da RG 102.393-164 CPF 073.932.604-09, que foi aprovado e log
 3. em seguida, dado posse a nova Diretoria, passando assim
 4. a palavra para o novo presidente a Senhora Maria de
 5. Lima Martins Marinho, que expôs seus objetivos e propostas
 6. agradecendo a todos pelo voto de confiança, sendo esse
 7. aplaudido pelos presentes. Que a parabenizaram de
 8. profundo. lhe sorte em seu mandato. Não havendo nada
 9. mais a tratar, O Sr. presidente deu a reunião por encerrada
 10. as 12:30, eu que servi de Secretaria lancei a presente
 11. ata que depois de lida e aprovada, será assinada
 12. por mim o Sr. presidente e os demais presentes.
 13. Felipe Guerra 15 de Janeiro de 2014.

Francisca Maria de Jesus Neto

Willy Pascoal de A.

Willy Pascoal de A.

ARIVAN DE SOUSA E SILVA

JOSIEDSON CANTO DE COIS.

JURNAZ DE SOUZA BEZERRA DA SILVA

Estado do Rio Grande do Norte

Comarca de Apodi

Cartório Unico de Felipe Guerra

Registro de Pessoa Física

Protocolo no Protocolo 1-A, sob o nº 153, por 17

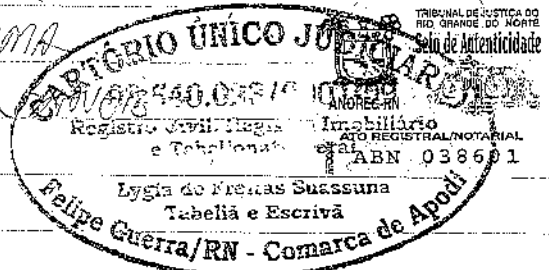
Protocolo Livro A-4, sob o nº 244, de p. 53V o 54/1

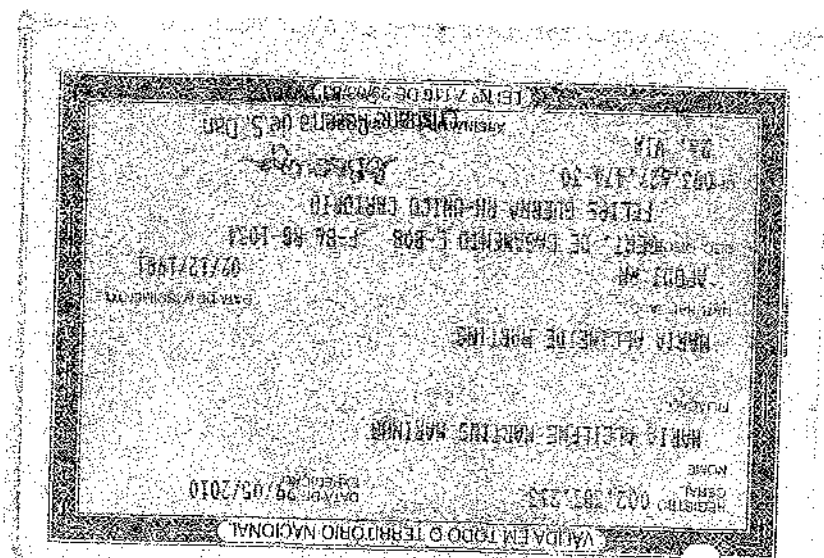
Felipe Guerra - RN, 15 de Janeiro de 2014

Lygia de Freitas Juossuna

LYGIA DE FREITAS JUOSSUNA

TABELIA DO REGISTRO DE PESSOAS





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
SERIAL 000.401.936
NOTA

DATA DE EMISSÃO 13/07/2011

JOSE ALTON CHESIA

FRANCISCO CHAGAS DA SILVA
MARIA DO CARMO COSTA SILVA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

FELIPE GUERRA RM 10/07/1963

LOC. TRABALHO L0006 E-046 RG-000594

FELIPE GUERRA RM 01 CARTÓRIO

447.701.774-34

2 VIA

13410

JOSE ALTON CHESIA

CPF 447.701.774-34

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RICARDO DO MONTE

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE POLÍCIA

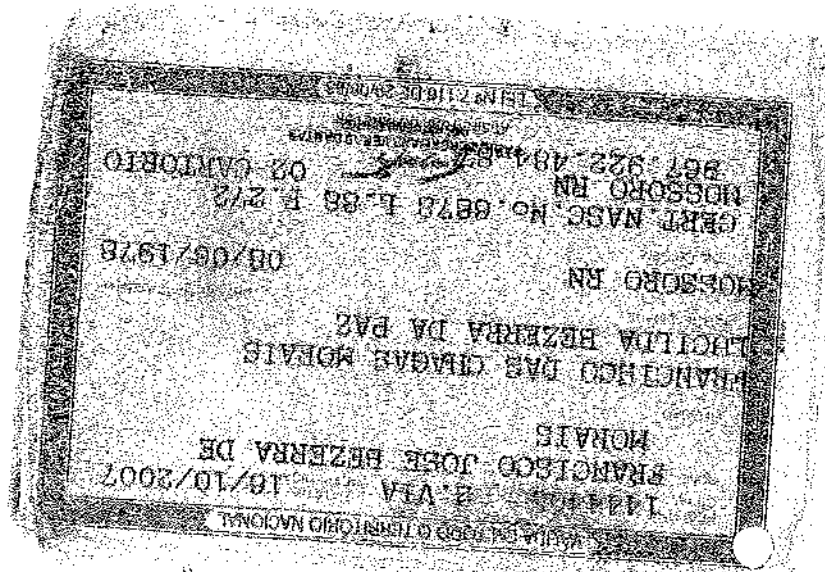
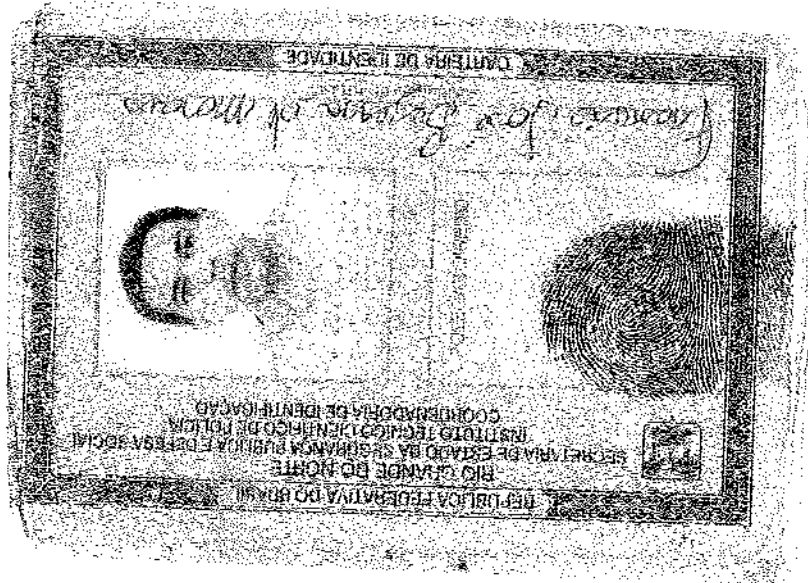
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

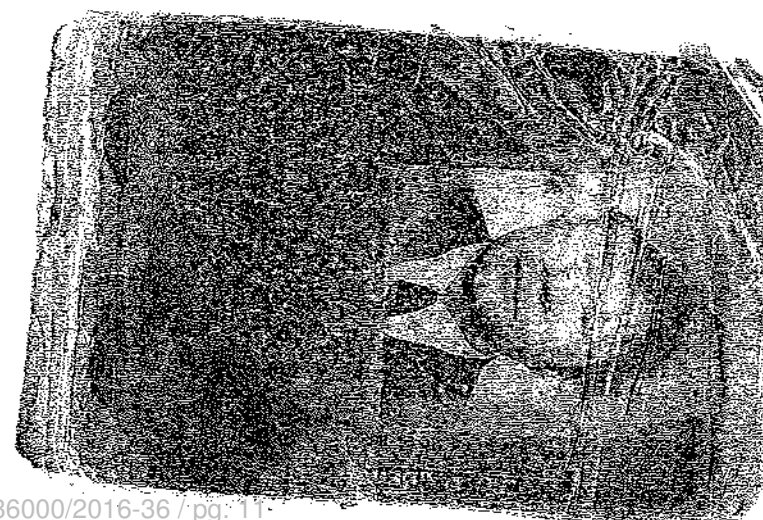
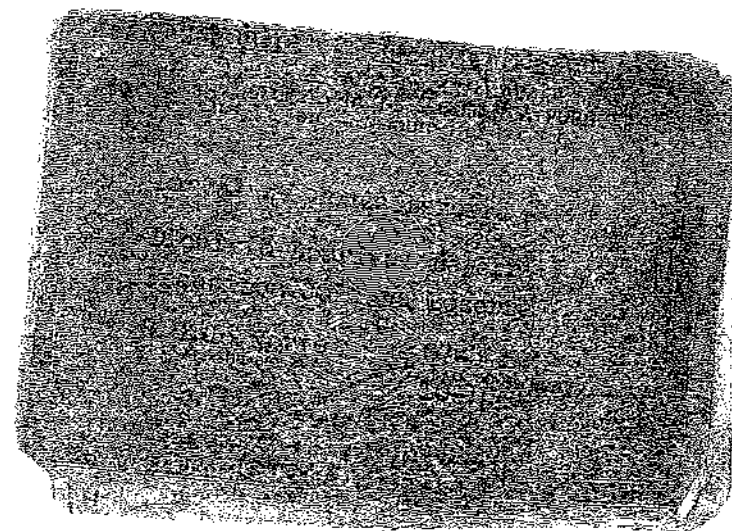
CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

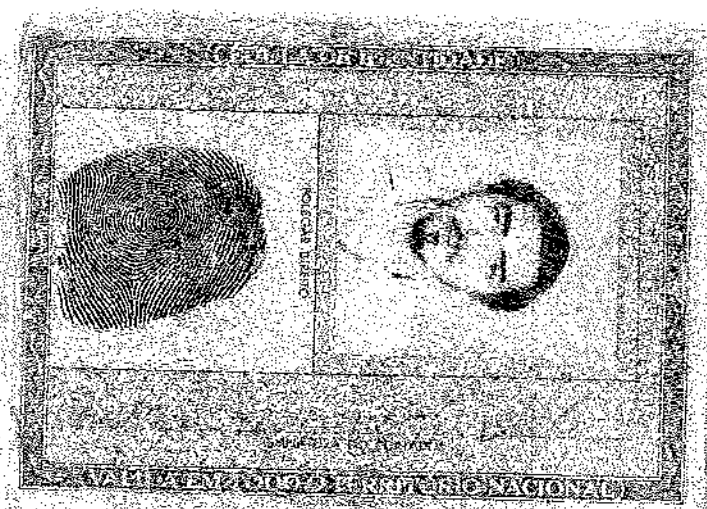
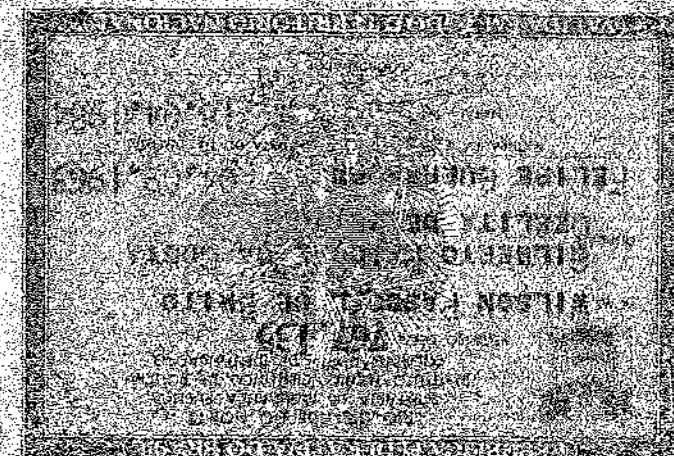
JOSE ALTON CHESIA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE APODI
CARTÓRIO ÚNICO DE FELIPE GUERRA

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu Ofício, a pedido verbal da pessoa interessada, que a **Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense - ADECOF**, realizada aos 08 (oito dias) de maio de 2016 (dois mil e dezesseis), com a finalidade de apreciação dos pedidos de desligamentos definitivos e imediatos do quadro de associados, como também dos cargos ocupados na atual diretoria, assim como recebimento de registro de candidatos, eleição de posse de membros para ocupação de cargos em vacância de vice- presidente e tesoureiro, encontra-se **REGISTRADA** no Livro A-04, do Registro de Pessoas Jurídicas deste Cartório Único de Felipe Guerra, sob o nº de ordem 297, às fls. 154/v a 155, em data de 01 de junho de 2016. O referido é verdade, dou fé. Dado e passado nesta cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte, ao 01 de junho de 2016. Eu Cristiane Cristiane Cardoso de Souza, Escrevente Autorizada, fiz extrair a presente certidão, achei conforme, subscrevo e assino.

Felipe Guerra, 01 de junho de 2016.

Cristiane Cardoso de Souza

CRISTIANE CARDOSO DE SOUZA
Escrevente Autorizada



Cartório Extrajudicial
Felipe Guerra -RN

Priscila Machado dos Santos Dantas
Tabelião e Registradora

CNPJ: 08.540.023/0001-09

Avenida Mira Selva, n.º 959 - Cidade Alta - Felipe Guerra/RN - Cep: 59.975-000 – Tel. (84)3329-2242
E-mail: cartoriofg@gmail.com

Res. 0115. Ela é mãe de mais do que 100 filhos mil e dezessete, os dez filhos, em sua vida, localizada na Rua Francisco Bolognesi, nº 130, cidade de São Paulo - SP. CEP: 59295-000, município de São Paulo - SP. Ela é mãe de 100 filhos mil e dezessete, os dez filhos, em sua vida, localizada na Rua Francisco Bolognesi, nº 130, cidade de São Paulo - SP. CEP: 59295-000, município de São Paulo - SP.

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Humano da Assembleia Geral Extraordinária da Felipense - R000000



Wilson Gomes & M...

Wilson Gomes & M...

Wilson Gomes & M...

Wilson Gomes & M...

Wilson Gomes & M...

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS
Priscila Menezes dos Santos Santos
Técnicas e Registros
Rua da Assembleia, 130

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
e de outros atos jurídicos
Cadastrados e em presente documento
290
290
290

Escritura Autorizada
Christiane Cardoso de Souza

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Humano da Assembleia Geral Extraordinária da Felipense - R000000





Maria de Oliveira - Vice-Presidente
Vice Maria de Oliveira
Francisco José Bezerra de Mourais - 1º Secretário
Francisco José Bezerra de Mourais
Divaldo de Souza Bezerra - 2º Secretário
Divaldo
Edivaldo Barboza dos Santos - Tesoureiro
Edivaldo Barboza dos Santos

AUTUÁRIO DE SOUZA E SILVA
Francisco Maria de Jesus Neto
por ~~Francisco~~ ~~Murilo~~



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS
Priscila Machado dos Santos Santos
Tabela e Registração
Felipe Guerra RN

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Certifico que o presente documento

foi registrado sob o número de ordem

147 - Fls. 154/153, 155

do Livro A-64

Protocolo 206

Felipe Guerra/RN, 01, 06, 2016

~~Priscila Machado dos Santos Santos~~

Cristiane Cardoso de Souza

Escrevente Autorizada

VALOR DO TÍTULO NACIONAL

2.748.546 07.11.2005

Edivaldo Barboza dos Santos

Jose Mariano dos Santos
Vanila Maria Barboza Bezerra Santos

NATURALIDADE: São Joaquim do Monte-PE DATA DE NASCIMENTO: 28.12.1987

Cert. Nasc. Nº 2.150 Fls. 33 Liv. "A" 11 Cart. de São Joaquim do Monte-PE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RICARDO L. DOMESTI

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

COPIA DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Edivaldo Barboza dos Santos

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

À
**DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São
Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino, Vila Leopoldina

CEP 05.311-900

São Paulo-SP



 **REGISTRADO URGENTE**
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg)

JO 40934708 0 BR



Remetente

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO

Representante Legal da Associação de Desenvolvimento Comunitário

Felipense - ADECOF

Rua Francisco Diógenes, 130, Cidade Alta

CEP 59795-000

Felipe Guerra-RN

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2419/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 27 de junho de 2016.

À Coordenação Geral de Acompanhamento de Outorgas

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.

1. Tendo-se em vista o disposto no artigo 130, IV, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015, solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE - CNPJ 09.078.361/0001-25**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **FELIPE GUERRA/RN**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 30/06/2016, às 16:37, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1207193** e o código CRC **213839F2**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: RN
Município: Felipe Guerra
Canal: 200
Fase: P

Distrito: Felipe Guerra
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE
Nome Fantasia: 'FM COMUNITARIA BOAS VINDAS'
Logradouro: RUA FRANCISCO DIOGENES, S/N
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade com situação cadastral NÃO REGULAR na Receita Federal.

CNPJ: 09.078.361/0001-25
Bairro: CIDADE ALTA
Número: .
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO FELIPENSE
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 59795000
Número: .
Município: Felipe Guerra
Telefone:

Logradouro: RUA FRANCISCO DIOGENES, S/N
Complemento:
Distrito: Felipe Guerra

Bairro: CIDADE ALTA
SubDistrito:
Fax:

Estado: RN

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 59795000
Número: .
Município: Felipe Guerra
Telefone:

Logradouro: RUA PROFESSOR MANOEL VICENTE, S/N - CIDADE ALTA
Complemento:
Distrito: Felipe Guerra

Bairro: CIDADE ALTA
SubDistrito:
E-mail:

Estado: RN

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:
Número do Processo: ◀
Caixa:

Data Limite Instalação:
Fistel:
Sequência:

Aprovação Congresso Nacional

Número	Data	Data DOU	Órgão	Tipo	Razão	Natureza
<input type="text" value="342"/>	<input type="text" value="26/11/2002"/>	<input type="text" value="27/11/2002"/>	Congresso Nacional	Decr. Legislativo	Deliberação CN	Jurídico

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza			
<input type="text"/>	<input type="text" value="67"/>	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text" value="MC"/>	◀	<input type="text" value="22/02/2001"/>	◀	<input type="text" value="12/03/2001"/>	Autoriza Executar Serviço	Jur. ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="23009"/>	◀	<input type="text" value="ATO"/>	◀	<input type="text" value="SCM"/>	◀	<input type="text" value="20/02/2002"/>	◀	<input type="text" value="26/02/2002"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="342"/>	◀	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	◀	<input type="text" value="CN"/>	◀	<input type="text" value="26/11/2002"/>	◀	<input type="text" value="27/11/2002"/>	Deliber. do C. Nacional	Jur. ◀

☒ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO
FELIPENSE - CNPJ/CPF(09.078.361/0001-25)
Município/UF: FELIPE GUERRA/RN
Indicativo: ZYL969

Situação: Entidade com situação cadastral NÃO
REGULAR na Receita Federal.
Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Domingo ▼

▼

▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado de São Paulo - DRMCTIC/SP

Processo nº: **53000.006879/2013-92**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 01/07/2016, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1216001** e o código CRC **A12FA31D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 5190/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.006879/2013-92**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Felipe Guerra/RN**, por meio da Portaria nº **67**, publicada no DOU de 12/03/2001, e Decreto Legislativo nº **342**, publicado no DOU de 27/11/20002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/11/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 22/03/2013, páginas 05 a 07 do evento SEI 0091523, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente). O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação de Desenvolvimento Comunitário

QUADRO DIRETIVO

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO - Presidente
 WILZA MARIA DE OLIVEIRA - Vice-Presidente
 FRANCISCO JOSÉ BEZERRA DE MORAIS - 1º Secretário
 AURIVAN DE SOUZA E SILVA - 2º Secretário
 EDIVALDO BARBOZA DOS SANTOS - 1º Tesoureiro
 DURVAL DE SOUZA BEZERRA - 2º Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998, a Norma nº 01/2011 e a Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.	X		páginas 05 a 07 do evento SEI 0091523
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu	X		

1.4	tempestivamente e a contento às exigências impostas?	^		
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		páginas 25 a 34 do evento SEI 0085391
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		páginas 04 a 07 e 13 a 16 do evento SEI 1180936 - expediente 53900.036000/2016-36
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		páginas 16, 17, 18 e 19 do evento SEI 0091523 e páginas 10 e 11 do evento SEI 1180936 - expediente 53900.036000/2016-36
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		páginas 01 a 03 do evento SEI 0085391
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		página 20 do evento SEI 0091523
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		evento SEI 0993595
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual.	X		página 06 do evento SEI 0085391
9	Relatório de apuração de infrações.	X		Evento SEI 1216001

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto á renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas, evento SEI 1216001.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/SEI-MC (evento SEI 1727551).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 17/03/2017, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/03/2017, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1727555** e o código CRC **F50E37D1**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.006879/2013-92**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/11/2012**, a autorização outorgada à **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipeense**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/11/2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.006879/2013-92

SEI nº 1727555

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.006879/2013-92**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº **53000.006879/2013-92** (ver documento 1727555), no qual a **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Felipe Guerra / RN**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/03/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1760909** e o código CRC **56494EB0**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.006879/2013-92**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27 de novembro de 2012**, a autorização outorgada à **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense**, para executar, sem

direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.006879/2013-92

SEI nº 1760909

PORTARIA Nº 1837/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788141** e o código CRC **57FF5D7B**.

Excelentíssimo Senhor Presidente Interino da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006879/2013-92, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788156** e o código CRC **4F19F741**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.006879/2013-92

Entidade: Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense

Assunto: Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos

Á: CODIN

Publique-se. Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 1837/2017/SEI-MCTIC.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/06/2017, às 16:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1982842** e o código CRC **34CFE681**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.006879/2013-92

SEI nº 1982842

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/06/2017 14:12:32
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4398081
Data prevista de publicação: 28/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9958760	ATO PORTARIA Nº 1107 MIN.rtf	95cf3ea8fe43d8dc e5e3c9f3bc44ffa0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958782	ATO PORTARIA Nº 1823 MIN .rtf	c287e1ad41ece606 197bb6047baf84d2	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958783	ATO PORTARIA Nº 1824 MIN.rtf	770ac537fb34d5d5 0b091761cf104a5b	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958784	ATO PORTARIA Nº 1826 MIN.rtf	199864d40913b32e 0058a90fbd7a25a8	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958785	ATO PORTARIA Nº 1827 MIN .rtf	396f92458762c911 64395a0c975deed3	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958786	ATO PORTARIA Nº 1829 MIN .rtf	f32871f67521a858 07a7adb5eb3bb4e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958787	ATO PORTARIA Nº 1833 MIN .rtf	b01d37454701f47a 549fd9ce37c7db0f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958788	ATO PORTARIA Nº 1834 MIN .rtf	1e66f393a3987523 d1f1b4d6d7f510bd	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958789	ATO PORTARIA Nº 1836 MIN .rtf	feb881ead9057c4c 7db8bb8f55e7d019	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958790	ATO PORTARIA Nº 1837 MIN .rtf	b64b1b1265b65f42 87c8637b9542cfa0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24

9958791	ATO PORTARIA Nº 1838 MIN .rtf	51721f2583316db3 e3381c170a514ad6	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958792	ATO PORTARIA Nº 1839 MIN.rtf	b65350ff4d8d8523 630770274e6644a0	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958793	ATO PORTARIA Nº 1840 MIN .rtf	07a3fac0aca48aeb 00138a162bb6fef1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958794	ATO PORTARIA Nº 1841 MIN .rtf	05623b774b868a8f b11c53126d1dbc4f	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958795	ATO PORTARIA Nº 1842 MIN .rtf	5da1f1e173098731 fde197c9424c5daf	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958796	ATO PORTARIA Nº 1844 MIN .rtf	c5db4025e30f1bb8 0390a6125d2fb9e8	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958797	ATO PORTARIA Nº 1845 MIN .rtf	4e5d5d79346d6f5d 04f9d4ec919742c1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958798	ATO PORTARIA Nº 1869 MIN .rtf	4323a08131ae9c5a 8f88050288753058	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
9958799	ATO PORTARIA Nº 1873 MIN.rtf	5f138f9f446734a7 53a14f61f1c757c9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
9958800	ATO PORTARIA Nº 1874 MIN .rtf	ee4c7c882ff03b70 2db462554fccd853	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			125,00	R\$ 4.130,00



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.837-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.838-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.839-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061897/2013-37 e nº 53710.000235/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Bocaiuense Pela Cidadania ABC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bocaiuva/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.840-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.011242/2014-55 e nº 53710.000704/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Mercedesana de Integração e Cultura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mercês/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.841-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.005543/2014-40 e nº 53830.000402/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARTÍSTICA DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NOVA CAMPINA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Campina/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.842-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.844-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065280/2012-18 e nº 53830.001862/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de outubro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabapuã / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.845-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000304/1999 e nº 53900.039515/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angelândia / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.869-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.873-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001705/1998 e nº 53900.021662/2014-40, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra- ADEMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salto do Lontra/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.874-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070695/2013-86 e nº 53710.000787/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coqueiral/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.875-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062116/2013-21 e nº 53790.001161/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Junho de 2013, a autorização outorgada à União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lajeado/RS.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/06/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1940216** e o código CRC **B09AAF4B**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30819/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE

Rua Francisco Diógenes, nº 130 - Bairro: Cidade Alta

59795-000 / Felipe Guerra - RN

CNPJ nº 09.078.361./0001-25

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.006879/2013-92.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE**, sediada em **Felipe Guerra / RN**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **27/11/2012**, conforme Portaria nº 1837, de 07/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017 (cópia anexa).
2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/07/2017, às 16:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2031901** e o código CRC **56D81E5F**.

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 30819/2017/SEI-MCTIC, 13/07/2017

53000.006879/2013-92

MARIA ALCILENE MARTINS MARINHO

ASS. DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENS

Rua Francisco Diógenes, nº 130 - Cidade Alta.

59795-000 Felipe Guerra / RN

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Wilson Pascoal de Brito

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

WILSON PASCOAL DE BRITO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

767-135

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTAntônio Francisco Costa
Adm. de Correios
0.023.104-5DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

02/08/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

02 AGO 2017

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 43548875 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

25 JUL 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília-DF

JJE

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Brasília, 25 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006879/2013-92, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
782/2017	53000.006879/2013-92	Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense
783/2017	53000.025604/2012-7	Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical
784/2017	53900.039515/2015-15	Associação Beneficente Bom Samaritano
786/2017	53900.041528/2015-46	Associação E Movimento Comunitário Aliança
787/2017	53900.034331/2015-51	Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu
788/2017	53000.062554/2013-90	Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste
789/2017	53000.007329/2014-71	Associação de Moradores do Bravo
790/2017	53000.017052/2013-12	Associação Palmares de Radiodifusão
791/2017	53000.061897/2013-37	Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC
792/2017	53900.005543/2014-40	Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva E de Comunicação Social
799/2017	53000.052747/2012-51	Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local
800/2017	53000.056227/2011-37	Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas
802/2017	53900.047630/2015-55	Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - CEARÁ
804/2017	53900.046763/2015-12	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROJETO VIDA
805/2017	53900.041608/2015-00	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã
806/2017	53900.039579/2015-16	ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação
807/2017	53900.029926/2015-94	Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Pompeia
808/2017	53900.017336/2015-19	Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga
809/2017	53900.020946/2014-19	Associação Comunitária Rádio Golfinho FM
810/2017	53000.057303/2012-11	Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo À Cultura, Arte, Esporte E Lazer
811/2017	53900.002998/2014-11	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo
812/2017	53000.065280/2012-18	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã
813/2017	53000.036553/2012-17	Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida
814/2017	53900.021662/2014-40	Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA
815/2017	53000.070695/2013-86	Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral
816/2017	53000.069238/2013-49	Associação Educativa São Simão
817/2017	53000.062116/2013-21	União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado
822/2017	53900.050647/2015-90	Associação Cultural Comunitária
823/2017	53000.007031/2013-81	Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI
824/2017	53900.008608/2014-17	ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas
825/2017	53000.059284/2011-78	Associação Metropolitana Cultural e Artística Dom Aloiso Roque Opperman
826/2017	53000.058113/2011-21	Associação Comunitária de Radiodifusão
827/2017	53000.056222/2011-12	Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes
828/2017	53000.059330/2011-39	Associação de Difusão Comunitária de Nisia Floresta
829/2017	53900.049087/2015-21	Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS
830/2017	53900.048244/2015-81	Associação Comunitária Agenda - FM
831/2017	53900.047617/2015-04	Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina
832/2017	53900.047345/2015-34	Associação Cultural de Integração Comunitária
833/2017	53900.046496/2015-75	Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - Go E Distritos
834/2017	53000.064515/2012-46	Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB)
835/2017	53900.022015/2014-55	Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta
836/2017	53900.003004/2014-76	Associação Cultural Comunitária de Itapagipe

837/2017	53900.048009/2015-17	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural E Artístico
838/2017	53900.047727/2015-68	Associação de Cultura de Brasília de Minas
839/2017	53900.041793/2015-24	Fundação Cultural Comunitária 'Educar'
841/2017	53900.034546/2015-71	Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão
843/2017	53900.029948/2015-54	Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT
845/2017	53900.025954/2015-32	Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II - ACORP
847/2017	53000.062334/2013-66	Fundação Manoel Paes
850/2017	53900.008250/2015-03	Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários E Culturais

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2189442** e o código CRC **46A27A1D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2189442

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.006879/2013-92
Referência: Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 27/09/2017, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253094** e o código CRC **5B9BBD7B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.006879/2013-92

SEI nº 2253094

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
 53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
 53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
 53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
 53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
 53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
 53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
 53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.006879/2013-92.**

Entidade: **Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 04/07/2019, às 17:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 09/07/2019, às 10:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 09/07/2019, às 20:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4337078** e o código CRC **18CB0765**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006879/2013-92, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, inscrita no CNPJ nº 09.078.361./0001-25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Felipe Guerra, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5190/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1837/2017 de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.006879/2013-92

SEI nº 4337078

Brasília, 27 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006879/2013-92, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, inscrita no CNPJ nº 09.078.361./0001-25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Felipe Guerra, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5190/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1837/2017 de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 35721/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.006879/2013-92.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 27/09/2019, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4679652** e o código CRC **DA4F72DD**.